

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

GABRIEL DE OLIVEIRA PEREIRA KNOLL

OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA E VERDADE:
DO REALISMO FILOSÓFICO AO REALISMO JORNALÍSTICO

Florianópolis – SC
2011

GABRIEL DE OLIVEIRA PEREIRA KNOLL

OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA E VERDADE:
DO REALISMO FILOSÓFICO AO REALISMO JORNALÍSTICO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, do Centro de Comunicação e Expressão, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Jornalismo.
Orientador: Prof. Dr. Orlando Tambosi

Florianópolis – SC
2011

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

P436o Pereira, Gabriel de Oliveira
Objetividade jornalística e verdade [dissertação] : do
realismo filosófico ao realismo jornalístico / Gabriel de
Oliveira Pereira ; orientador, Orlando Tambosi. -
Florianópolis, SC, 2011.
105 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-
Graduação em Jornalismo.

Inclui referências

1. Jornalismo. 2. Epistemologia. 3. Filosofia. I. Tambosi,
Orlando. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa
de Pós-Graduação em Jornalismo. III. Título.

CDU 070

FOLHA DE APROVAÇÃO

A dissertação de mestrado sob o título “objetividade jornalística e verdade: do realismo filosófico ao realismo jornalístico”, elaborada por Gabriel de Oliveira Pereira Knoll dói fedendida e aprovada em 29 de novembro de 2011, perante a banca examinadora composta por Dr. Josenildo Luiz Guerra (Universidade Federal do Sergipe), como professor convidado, Dr. Orlando Tambosi (UFSC) como professor orientador, Dr. Eduardo Meditsch (UFSC) como avaliador interno, e Professora Gislene Silva como coordenadora do Programa de Pós-Graduação de Jornalismo. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, área de Concentração “Fundamentos do Jornalismo”.

Prof. Dr. Orlando Tambosi
Professor Orientador – UFSC

Prof. Dr. Eduardo Meditsch
Professor do programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC

Prof. Dr. Josenildo Guerra
Professor Convidado – UFS

Prof. Gislene Silva
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC

Dedico este trabalho
Para minha família:
Alessandra Knoll Pereira,
meus pais, Adriana e Júnior,
e meu irmão, Arthur.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Orlando Tambosi por ser o mestre desta caminhada – seus ensinamentos foram-me lançados como uma flecha certa no amadurecimento intelectual e profissional. Aos professores da banca de qualificação, José Francisco Castilhos Karam, grande mestre da teoria do jornalismo, e Valci Zuculotto, a qual devo muito por ter participado e proporcionado incríveis momentos de aprendizagem dentro e fora de sala, no laboratório de rádio-jornalismo, na qualificação, no departamento e na SEPEX-UFSC. Ao professor Mauro da Silveira, um excelente jornalista e professor que encanta em aula qualquer amante do jornalismo através da paixão e interesse pela área. Ao professor Elias Machado, o nome na arte da pesquisa jornalística. Aos professores Eduardo Meditsch e Josenildo Guerra por me ajudarem na defesa corrigindo, criticando e discutindo este trabalho que eu vislumbrava há anos. À sempre cuidadosa e atenciosa Glória Amaral, técnica escolar administrativa do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. Ao próprio Programa de Pós-Graduação que me proporcionou anos fantásticos de aprendizagem. À UFSC, que está em minha vida, aperfeiçoando-a, preenchendo-a e enchendo de sentindo minha vida desde 2003.

Fico grato pela participação constante de meus colegas, amigos e companheiros de mestrado que participaram direta e indiretamente do processo de confecção desta dissertação: Flávia Dourado, Marcelo Barcelos, Aldo Schmidt, Géssica Venturini, Gabriele Bittelbrum, Alexandre Lenzi e Carla Algeri. À turma de 2010.2, que me acolhendo como se fosse daquela turma. Às conversas filosóficas e sociais com Vanessa Hausser, às discussões epistemológica com Cândida de Oliveira e Cristiano Anunciação – estes foram os amigos que me ajudaram a focar o objeto de pesquisa – Obrigado, de verdade! À minha ex-coordenadora do NUCOM (Núcleo de Comunicação da Faculdade Estácio de Sá –SC) Regina Zandomênic, por me expor ao mundo acadêmico do jornalismo, sem o seu incentivo e paixão pela área eu teria ficado sem amparos. Ao professor Ricardo Leandro Medeiros, por nos dar todo semestre *shows* de como tocar a rádio. À minha esposa, Alessandra Knoll Pereira, por ler, discutir e passar muito tempo ao meu lado, estudando e questionando os problemas.

Não posso deixar de agradecer também aqueles que passaram por minha vida acadêmica, ajudando-me a superar desafios e auxiliando nas dificuldades, são eles: Lucas Vollet e Mariana Knierim Correia (meus irmãos filósofo e socióloga – que sempre discordam da minha

visão analítica); Giordano Bruno Meireles de Andrade (o gajo mais polido e culto que já conheci em minha vida – mesmo sendo um assíduo telespectador de *Hermes & Renato*); Professor Paulo Scardueli; e Donizete Souza (O fotógrafo!). Também gosto de lembrar dos amigos que apenas diziam que isto era um trabalho importante: Luciano Enrique Schulze; Maycon Bopp; Cláudio “Ginho” Bernardes (dale batera!); Evandro Lima; e Alessandro Pereira. Faço honras também aos colegas de Estácio: João Salgado (grande jornalista); Fernando Manuel Martins (o famoso Homem Berbigão das aulas de rádio-jornalismo com o professor Ricardo); Bruna Pereira (vai lá, publicitária!); Márcio Goebel (o maior, melhor e mais engraçado editor de áudio que podemos conhecer na vida); Daisy Schio; Enzo Baldessar; Guilherme de Oliveira Cimardi; Victor Cordeiro; Camila Koerich Espíndola; Marcel Schneider Diertizold; aos professores da filosofia Luiz Alberto Hebeche (Tchê!), Luiz Henrique de Araújo Dutra, Arlene Reis, Décio Krause, Selvino Assmann e ao TAE Sérgio do departamento de filosofia da UFSC (Fala aí Serjão!); e as famílias Pereira, de Oliveira, Knoll e Gastaldi.

RESUMO

O objetivo deste estudo é reconstruir a crítica de Stéphanie Martin e Gilles Gauthier acerca dos conceitos de verdade e objetividade. Segundo os autores canadenses, é necessário recorrer à história e à filosofia para adequá-los ao jornalismo, já que não foi no âmbito desta área que surgiram. O trabalho procurará demonstrar, também, que objetividade e verdade são distintas, embora se relacionem intimamente, e que ambos os conceitos remetem a um terceiro, o de realidade. Os autores citados, cuja pesquisa ainda está em curso, mostram que objetividade, verdade e realidade são indispensáveis ao jornalismo, cujo pressuposto fundamental é a informação.

Palavras-chave: jornalismo, epistemologia, filosofia, epistemologia do jornalismo.

ABSTRACT

The objective of this study is to reconstruct the critical of the Stephanie Martin and Gilles Gauthier about the truth and objectivity concepts. According to the Canadians researchers, it is necessary to resort to the history and philosophy to adjust them to journalism, as it was not within this area that have arisen. The work attempt to show, too, that objectivity and truth are distinct but are intimately connected, and that both concepts refer to a third: reality. The aforementioned authors, whose research is still ongoing, show that objectivity, truth and reality are essential to journalism, which fundamental assumption is information.

Key-words: journalism, epistemology, philosophy, journalism epistemology.

RESUMEN

El objetivo de este estudio es reconstruir la crítica de Stéphanie Martin y Gilles Gauthier acerca de los conceptos de verdad y objetividad. Según los autores canadienses, hace falta recurrir a la historia y la filosofía para adecuarlos al periodismo, puesto que no se han producido en esta zona. La investigación busca demostrar, además, que objetividad y verdad son distintas, aunque se relacionen íntimamente, y que los dos conceptos remiten a un tercero, el de la realidad. Dichos autores, de la investigación que todavía está en curso, muestran que objetividad, verdad y realidad son indispensables al periodismo, donde la premisa primordial es la información.

Palabras-clave: periodismo, epistemología, filosofía, epistemología del periodismo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
PARTE I	25
1. O REALISMO EM JOHN SEARLE	25
1.1 REALISMO FILOSÓFICO	27
1.1.1 Crítica ao Relativismo	29
1.1.2 Intencionalidade	33
1.2 VERDADE	36
1.2.1 Verdade como coerência	37
1.2.2 Verdade como utilidade	39
1.2.3 Verdade como correspondência	40
1.3 OBJETIVIDADE	42
1.3.1 Objetividade Ontológica	42
1.3.2 Objetividade Epistemológica	44
1.4 POSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO	46
PARTE II	49
2. O REALISMO JORNALÍSTICO EM GILLES GAUTHIER	49
2.1 CRÍTICA AO CONSTRUCIONISMO	53
2.2 RETOMADA JORNALÍSTICA DA FILOSOFIA DE SEARLE...	59
2.2.1. Realismo	60
2.2.2. Objetividade	61
2.2.3. Verdade	62
2.3 REALISMO FILOSÓFICO E JORNALISMO	63
2.4. O JORNALISMO COMO PRODUTOR DE CONHECIMENTO	64
3. REALISMO, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO	67
3.1. TRÊS TIPOS DE CONHECIMENTO	69
3.2. CONHECIMENTO CIENTÍFICO A PARTIR DO JORNALISMO	71

PARTE III	73
4. VERDADE E OBJETIVIDADE EM STÉPHANIE MARTIN... 73	
4.1. DISTINÇÃO DOS CONCEITOS.....	74
4.2. OS QUATRO ENUNCIADOS POSSÍVEIS	75
4.3. OS TIPOS DE ATAQUES CONTRA A OBJETIVIDADE.....	77
4.3.1. Ataques de ordem Ideológica.....	78
4.3.2. Ataques de ordem Econômica.....	80
4.3.3. Ataques de ordem técnica	81
4.3.4. Ataques de ordem formal, profissional e organizacional	82
4.3.5. Ataques de ordem individual	84
4.3.6. Ataques antirrealistas	85
4.3.7. Negação dos ataques contra o realismo	86
4.4. POSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO NO JORNALISMO..	88
4.5. APLICAÇÃO PRÁTICA DOS CONCEITOS	90
4.5.1. A pesquisa de Martin	91
CONCLUSÕES	93
REFERÊNCIAS.....	97
Outras referências.....	100
ANEXOS.....	105

INTRODUÇÃO

O pensamento filosófico pode solucionar problemas e definir conceitos centrais de várias áreas do conhecimento, pois consegue explicar questões de ordem teórica e prática, da ética à epistemologia, das ciências à estética. Assim, a filosofia é entendida como a base conceitual das ciências empíricas e do pensamento contemporâneo¹. Ela pode ser, portanto, a base teórica de algumas definições na área do jornalismo.

Esta pesquisa busca definir alguns conceitos filosóficos relativos à produção jornalística, conduzindo-se de maneira análoga às pesquisas desenvolvidas por os canadenses Stéphanie Martin e Gilles Gauthier, cujos estudos são a base teórica deste trabalho. O que procuro definir é (1) uma teoria filosófica que se adéque às exigências jornalísticas, bem como à discussão de seus problemas conceituais internos; (2) redefinir, se necessário, alguns conceitos desta teoria filosófica – de acordo com as exigências jornalísticas; (3) usar da argumentação dos dois pesquisadores canadenses a fim de descobrir se há problemas na afirmação de uma teoria filosófica do jornalismo; e (4) analisar a efetividade prática desta teoria.

Neste quadro conceitual, não pretendo discutir as teorias do jornalismo que abordam esta problemática. O que pretendo é recorrer à pesquisa feita por Martin e Gauthier para demonstrar a similaridade de problemas filosófico-jornalísticos abordados na Universidade de Laval e no Brasil – além de buscar apresentar uma posição teórica segura no que diz respeito aos problemas da epistemologia do jornalismo. As questões teóricas do jornalismo que vêm sendo aprofundadas por esses pesquisadores canadenses são similares às brasileiras, embora careçam de aprofundamento teórico-filosófico (GAUTHIER, 2004).

O que será abordado na segunda parte é a falta de embasamento epistemológico nos estudos teóricos sobre o jornalismo. Gauthier (2003; 2003/A; 2004), afirma que pesquisadores do jornalismo acabam por confundir epistemologia com ética, e assim tornam a compreensão de alguns problemas jornalísticos insolúveis. Autores como Bourdieu (2003), Cornu (1994; 1998), Kovach & Rosenstiel (2004), Lippmann (2008), Meyer (2007), Schudson (1978; 1999) e Traquina (2005) partem de uma perspectiva errônea em termos de fundamentação filosófica, segundo entendimento de Gauthier (2004) e Martin (2003).

¹ Isto é o que leva a crer os estudos de Searle (1993; 2000), Dutra (2003; 2005) e Russel (2007).

Tal afirmação dos canadenses, por conseguinte, coloca em debate a validade de muitos problemas, em especial aqueles que foram discutidos por uma visão exclusivamente ética, mas que deveriam enfrentar os desafios epistemológicos do jornalismo. Assim, quando aqueles teóricos citados acima definiram a verdade e a objetividade jornalística, se afastaram das premissas epistêmicas e ancoraram suas teorias em princípios éticos. Segundo Ward (2006) apresentou no seu estudo sobre a objetividade jornalística, este conceito possui várias acepções, terminologias e categorizações. O maior erro, então, seria inferir uma definição sem de fato ter reconstruído o percurso do conceito de objetividade.

Embora este tema seja discutido no Brasil, Demeneck (2009) afirma que poucas pesquisas com este enfoque vêm sendo desenvolvidas. Ele pressupõe que o motivo dessa escassez de estudos sobre a objetividade no jornalismo se deva à influência do pensamento europeu, sobretudo o francês (que é mais interpretativo), deixando de lado os estudos anglo-saxões (baseados mais nas experiências). Mas esta pressuposição de Demeneck não se sustenta em relação à escola canadense de jornalismo. Esta dissertação traz a discussão a respeito da objetividade no jornalismo feita na Universidade de Laval, em Quebec, Canadá. A influência francesa nesta região se dá a partir de sua colonização e língua. Ou seja, é com Gauthier (2003; 2003/A, 2004), Martin (2003; 2004) e Bernier (2004/A; 2004/B) que a questão da objetividade entra no cenário teórico do jornalismo.

Outra hipótese, firmada na teoria de Searle (2000) e Gauthier (2004), as poucas pesquisas sobre a questão da objetividade se devem à primazia do uso da retórica em detrimento do pensamento racional e científico. Assim sendo, no contexto deste estudo, aferir que conceitos como objetividade sejam um mito inalcançável ou que a verdade é intangível, não passa de uma discussão com explicações mirabolantes que não levam à real efetividade destes problemas diante da história da filosofia e do conhecimento empírico.

O estudo também levou em conta as explicações de Gauthier e Martin sobre os posicionamentos teóricos de Bourdieu (2003) e Ramonet (1998) como principais fontes danosas ao entendimento da objetividade no jornalismo. Os dois intelectuais franceses serão identificados como fontes do pensamento construcionista na comunicação, e por consequência, responsáveis pelas confusões atuais dos conceitos de objetividade, verdade e realidade no jornalismo.

Desta forma, proponho-me a desenvolver os problemas a partir do início ou seja, por meio da filosofia. É com a filosofia de Searle

(1995; 2000) que as exigências do conhecimento são asseguradas. Não por ser uma melhor argumentação, mas justamente por conseguir explicar a correlação teórica e prática do pensamento filosófico-científico. Ou seja, o estudo filosófico irá apresentar algumas soluções de problemas que se adequam aos do jornalismo.

A questão mais destacada por Martin (2003) nas definições jornalísticas do realismo é a confusão conceitual entre verdade e objetividade. Ela, sistematicamente, apresentará as formas pela pelas quais os críticos da objetividade confundem esses dois conceitos. Assim, a verdade ora será objetividade, e a objetividade ora será verdade. A proposta é separar e definir estes conceitos, mostrando que os teóricos da ética muitas vezes erram ao definir este problema que diz respeito à epistemologia. E por fim, mostrar que no jornalismo existem teóricos que acreditam que a prática profissional é, por si só, a construção da própria realidade (BARREIROS, 2003; FAY, 2002; RORTY 1994).

Recapitulando, o que se pretende não é criar um problema teórico novo no jornalismo. Aqui se está trazendo uma discussão já pronta na escola canadense de jornalismo. Acreditando² ser de pouco acesso estes estudos, não há muitas discussões neste sentido na academia brasileira. Este pouco acesso se dá por dois motivos: primeiro, porque a discussão é feita em língua francesa e ainda não foi traduzida para o português ou inglês; em segundo lugar, por se tratar de uma visão que exclui o desejo ou vontade humana do centro das discussões – aqui, a prática jornalística e as interpretações colocam em *segundo-plano* os problemas do conhecimento e da realidade, a princípio, conceitos não muito difundidos na academia brasileira, além de serem considerados, o mais das vezes, inúteis por serem estéreis. (SPONHOLZ, 2009; GUERRA, 2008; TAMBOSI, 2007).

O desenvolvimento do trabalho seguirá o que o título propõe, ou seja, discutir os conceitos de verdade e objetividade a partir do realismo filosófico, em transição para o realismo jornalístico. Irei fundamentar os estudos acerca da objetividade e verdade partindo do questionamento filosófico e depois reinterpreta-los dentro dos meandros conceituais jornalísticos – trazendo as especificidades desta área na consolidação destes dois conceitos. Assim, o trabalho apresentará três partes: a Parte I referente ao realismo filosófico e seus problemas, explicando quais os desafios conceituais desta teoria; a Parte II referente à identificação dos problemas do realismo filosófico no jornalismo e a possibilidade de conhecimento a partir das definições e conceitos

² Interpretação livre do autor.

formulados pela filosofia; e por fim, a Parte III procura definir a adaptação destes conceitos, a distinção imprescindível entre verdade e objetividade e a aplicação prática dos mesmos.

O primeiro capítulo é reservado unicamente à visão filosófica dos conceitos e teorias em questão, a partir de Searle, em especial das obras *Mente, Linguagem e Sociedade* (2000) e *The Construction of Social Reality* (1995), assim como o diálogo deste filósofo com outros pensadores, seja com seus interlocutores e pares como Quine (1980), Austin (1980 e Russel (DUTRA, 2005), como seus opositores, Fay (2002) e Rorty (1994). Não se abordará, portanto, a perspectiva jornalística nesta parte. Depois de provar de maneira consistente que o mundo é externo à mente humana, real e inquestionável, Searle desenvolverá a teoria do realismo externo, mostrando que é a partir daí que se pode argumentar. Com o realismo afirmado, os principais conceitos (objetividade e verdade) devem ser bem definidos, a fim de evitar qualquer ambigüidade ou imprecisão.

A Parte dois é dividida em dois breves capítulos. No segundo, Gauthier (2004) vai redefinir os problemas suscitados por Searle (1994; 2000) dentro da perspectiva jornalística. Porém, a maior preocupação deste pensador do jornalismo será com as visões construcionistas na comunicação. Gauthier questiona este tipo de posicionamento intelectual diante de uma área prática como a do jornalismo. Assim, seria inegável que as teorias construcionistas estariam cometendo erros metodológicos ao não se aprofundarem nos problemas reais da objetividade filosófica. Ainda no segundo capítulo, ao reconhecer que o jornalismo faz parte do realismo filosófico (SPONHOLZ, 2009; GUERRA, 2008), nada lhe resta senão afirmar que ele também pode ser um produtor de conhecimento, tal como as ciências. Porém, o que se destaca é a crescente crítica construcionista na comunicação. Guerra (2008) afirma que os profissionais até compreendem esta submissão às teorias realísticas, mas as explicações construcionistas seriam mais interessantes. Como vai afirmar Gauthier (2004), em detrimento da boa retórica, os profissionais acabam aceitando essa visão turva sobre o mundo.

No terceiro capítulo, ainda na Parte II do trabalho, será abordado o jornalismo como forma de conhecimento. A inferência que se faz neste trabalho é que nem sempre o jornalismo produz conhecimento. Quer dizer, ele [o jornalismo] está pautado na transmissão de informações (a rigor, verdadeiras). Mas nem toda informação é verdadeira. Para que o jornalismo seja um produtor de

conhecimento, ele precisará estar de acordo com os princípios da verdade e objetividade apresentados na Parte I deste trabalho.

No quarto Capítulo, já na Parte III, serão apresentadas as falhas conceituais mais frequentes do jornalismo destacadas por Martin (2003; 2004). O estudo da pesquisadora canadense pretende mostrar que a área utiliza críticas pouco fundamentadas para negar a objetividade e, assim, acaba por gerar confusões conceituais. Ou seja, ao negar a objetividade, em algumas teorias, estar-se-ia negando a verdade. Em outras teorias, ao criticar a objetividade, estar-se-ia discutindo o realismo, e assim por diante. O que Martin conclui é que as teorias críticas contra a objetividade não foram bem definidas e por isto não se sabe qual seria o seu objeto, ou seja, se estão atacando a objetividade, a verdade ou a realidade.

Sendo assim, Martin mostra que a objetividade é um valor quantificável e existente. Em um estudo empírico, ela sustenta sua proposta de quantificação da objetividade jornalística. De acordo com esta amostragem, afirmou que a objetividade existe e é confundida com o conceito de verdade.

Por fim, a conclusão procura validar o jornalismo como forma de conhecimento, demonstrando que sua base teórica está fundamentada no realismo filosófico, suporte do realismo jornalístico.

PARTE I

“O pessimista se queixa do vento, o otimista espera que ele mude e o realista ajusta a vela”.

- William George Ward, Teólogo inglês

“Eu não quero realismo. Eu quero Magia! Tento dar isto às pessoas. Eu deturpo as coisas. Eu não digo as verdades. Eu digo o que deveria ser verdade”.

- Blanche DuBois, personagem principal da peça *A Streetcar Named Desire*.

1. O REALISMO EM JOHN SEARLE

John Searle é o filósofo que defende a independência do mundo externo em relação à mente e à linguagem humana. Seu trabalho é recente³ e fundamentado tanto na história quanto em em pensamentos de pesquisadores, filósofos e sociólogos anteriores (SEARLE, 1999). Ou seja, ele busca na reconstrução histórica formas de compreender os problemas ligados à realidade e ao conhecimento, tomando como pressuposto aquilo que irá chamar de *“ponto de vista irrefutável sobre a realidade”*.

Auto-intitulado crítico do relativismo⁴, o filósofo norte-americano ataca esta concepção, adjetivando-a de perniciosa ao pensamento *filosófico-científico* da atualidade (SEARLE, 2000). Ele busca um diálogo direto com filósofos que negam a realidade, seja através da linguagem e da percepção, seja da incompletude cognitiva e lingüística (2000, p. 18 – 17). Sua posição inicial diz que *“a ideia é de que apesar de termos representações mentais e lingüísticas do mundo sob a forma de crenças, experiências, afirmações, teorias, etc., há um mundo ‘lá fora’, totalmente independente destas representações”*

³ Isto é, se comparado a toda a tradição milenar da filosofia.

⁴ O termo relativismo é discutido por John Searle, e conseqüentemente por Gilles Gauthier. Embora este trabalho apresente uma definição limitada (2.1), pois este não é o foco, entende-se sucintamente que o relativismo é uma posição conceitual e teórica que nega a realidade externa ao ser humano, assim como independente do pensamento e da linguagem. Esta posição também pode ser vinculada aos conceitos de construcionismo, perspectivismo, entre outros que limitam o acesso cognitivo das coisas do mundo à mente e linguagem humana (SEARLE, 2000).

(1993). Analogamente, o mundo tem uma existência “*maior*” que a do ser humano inserido particularmente no mundo e na sociedade. Com isto, ele conclui: “*quando todos morremos, [...] o mundo continuará o seu percurso, em grande parte, sem ser afetado pelo nosso desaparecimento*” (1993).

Com base nos estudos de John Austin, Searle reconsidera que o discurso produzido pelos indivíduos é *performático* (AUSTIN, 1980, p. 12), diferentemente da noção de discurso descritivo apresentada pela maior parte da filosofia (DUTRA, 2005). Desta forma, este processo culminaria numa linguagem complexa e subjetivista. Este assunto será tratado mais adiante (1.1.2.).

Searle se propõe explicar algumas funções essenciais da mente, como a linguagem se desenvolve junto à realidade e como se ajustam formando um todo coerente (2000, p. 17). Aliás, antes de adentrar este campo conceitual, o filósofo indica que a linguagem é um produto humano, posterior ao mundo – embora participante do mesmo –, e assim, o conhecimento só é possível se existir uma linguagem que explique da maneira clara esta relação entre a linguagem e o mundo (SEARLE, 1978; DUTRA, 2005). Searle dividirá o acesso cognitivo a esta realidade em ontológico e epistemológico. No primeiro, trata-se da realidade em si – e do acesso a ela enquanto tal –, processo este totalmente desvinculado de uma linguagem (WARD, 2005, p. 15; SEARLE, 2000, p. 48), enquanto que o segundo é apresentado como o acesso da mente humana às coisas/objetos/fatos do mundo através da linguagem. É neste ponto que o filósofo afirma haver a única forma passível de conhecimento, representação e exteriorização de conceitos. Isto se refere à possibilidade de valor de verdade, conceito necessário à produção de conhecimento (WARD, 2005, p. 16; SEARLE, 2000, p. 48)⁵. Em contrapartida, o conceito de *realidade ontológica* não pode receber valor de verdade. Como será apresentado mais adiante, ele apenas pode receber valor de *existente* ou não.

O esforço de Searle é mostrar que os seres humanos vivem em uma realidade independente das vontades e interpretações individuais. Uma realidade que pode ser representada por uma linguagem insuficiente e um conhecimento fracionado (1993). Este ponto de vista é a base para todos os seus questionamentos filosóficos, procedimentos

⁵ Ainda não se explicou a relação desta filosofia com o jornalismo. Porém, nota-se que Stephen Ward, em citações apresentadas, juntamente às de Searle, já indicava esta distinção dentro do escopo conceitual jornalístico, embora apresente outra definição aplicável à área e não tenha discutido estes problemas com o filósofo norte-americano.

científicos e, como será apresentado mais adiante (Parte II), necessário ao conhecimento jornalístico (2000, p. 23).

A crítica do filósofo, portanto, é contrária ao relativismo e ao idealismo, pois, estes partiriam da consciência individual a fim de fundamentar o mundo externo. Contrariamente, segundo Searle, o processo deve ser compreendido da forma oposta: o mundo se fundamenta e a mente e a linguagem humana atribuem significados aos *significantes*⁶ que se distribuem por *este mundo*.

Assim, o que se tem é a fundamentação do posicionamento teórico-conceitual do realismo filosófico. Antes de avançar, é necessário entender o que a filosofia, em especial aquela desenvolvida por Searle [chamada por alguns de filosofia analítica], desenvolverá acerca desta teoria a respeito do mundo.

1.1 REALISMO FILOSÓFICO

Deve-se notar que o realismo produz concepções distintas usando o mesmo termo. A primeira concepção diz respeito à doutrina acerca da verdade e a outra àquilo que existe (KIRKHAM, 2003, p. 111). A primeira pode sofrer as conseqüências de teorias que se classificam como realistas, mas que não dependem do mundo para considerar um fato verdadeiro ou para se fundamentarem de forma correlata com o mundo – exigência necessária que será apresentada mais adiante (1.2. e 1.2.3.). A segunda implica a *co-relação* com o mundo a fim de definir as conseqüências ontológicas da existência das coisas, anterior a qualquer teoria (KIRKHAM, 2003).

No que concerne ao pensamento de Searle, existe uma ferramenta mental disposta a mostrar o mundo externo como independente e real, e que este só começa a fazer ‘sentido’ quando descrito através de uma linguagem (2000, p. 18). Mas, antecipando, esta linguagem deve ser compreendida como puramente *extensional* (DUTRA, 2005, p. 149), da forma como será apresentado mais adiante (1.1.2.).

A ferramenta indicada pelo filósofo é chamada de *Posições-Padrão*. Quer dizer, esta ferramenta mental dará conta de explicar o acesso cognitivo dos seres humanos ao mundo, apresentando quando e como conhecemos o mundo exterior, que é independente de nossa existência e percepção. Elas [as *Posições-Padrão*] consistem em cinco passos mentais pré-aceitos pelos seres humanos – independente de

⁶ Usando a terminologia de Bertrand Russell (RUSSEL, 1978; COSTA, 2002)

qualquer teoria ou do senso comum. Estes darão conta de explicar a relação *homem-mundo*. São eles: (1º) há um mundo real e independente de nós; (2º) temos acesso perceptivo a este mundo através dos nossos sentidos; (3º) criamos uma linguagem que dá conta de explicar as coisas e fenômenos deste mundo; (4º) nossas afirmações através da linguagem são verdadeiras se correspondem a este mundo, falsas se não; e (5º) o mundo é causal, ou seja, existe sempre uma relação de estados de coisas e objetos a serem representados (SEARLE, 2000, p. 18 – 19).

As *Posições-Padrão* são ferramentas mentais anteriores ao senso comum, transformando-se em uma espécie de *Pano de Fundo* do conhecimento e das ações (SEARLE, 2000, p. 20), enquanto o senso comum é descrito como “*questão de crenças amplamente difundidas e geralmente inquestionáveis*” (SEARLE, 2000, p. 20). As *Posições-Padrão*, em contrapartida, são anteriores ao próprio pensamento em forma de crenças. O senso comum necessita ser pensado e desenvolvido através do reconhecimento lingüístico e cognitivo do mundo para ser compreendido tal qual se apresenta, diferentemente do *Pano de Fundo*.

De acordo com o filósofo norte-americano, “*quando o Pano de Fundo está funcionando – quando está, por assim dizer, cumprindo seu papel – não precisamos de uma teoria*” (2000, p. 21). Concluindo este trecho, o *Pano de Fundo* é anterior às opiniões. Sendo o senso comum opinião, o *Pano de Fundo* também é, portanto, anterior ao senso comum.

Quanto à 1ª *Posição-Padrão*⁷, Searle entende o “*realismo externo*”⁸ como inquestionável. E a terceira posição⁹ indica que ele está à procura de uma definição específica de verdade em relação ao mundo, que será apresentada a seguir como o melhor modo de compreender a verdade dentro das ciências, da filosofia e do reconhecimento do mundo (1.2.)¹⁰. Isto é, “*pensamos que nossos pensamentos, palavras e experiências se relacionam diretamente com o mundo real*” (SEARLE, 2000, p. 23). Portanto, não há como negar, diz Searle, a existência do mundo e a relação estabelecida por meio do conhecimento entre o homem e a realidade.

⁷ Há um mundo real e independente de nós (SEARLE, 2000, p. 18-19).

⁸ O termo ‘realismo externo’ é uma tentativa de explicar esta teoria do realismo filosófico. A fim de não criar ambigüidades terminológicas, assim como acontece com a objetividade e a verdade, Searle procurou definir uma forma de conceito mais preciso com sua definição: o estudo de uma realidade externa à mente humana.

⁹ Criamos uma linguagem que dá conta de explicar as coisas e fenômenos deste mundo (SEARLE, 2000, p. 18-19)

¹⁰ O conceito de verdade, nesta acepção realista, terá um papel fundamental na definição e solução de alguns problemas, tanto filosóficos, quanto jornalísticos.

Se se questionar que este procedimento está equivocado, que o realismo é mera *doxa* (opinião) ; e que o mundo externo, real e independente não existe, então, poder-se-ia dizer qualquer coisa a respeito dele (SEARLE, 2000, p. 33). Desta forma, o argumento de Searle é que o mundo apresenta-se espontaneamente, e a linguagem precisa ter certa *correspondência* com o mundo através de alguns critérios e mecanismos. Na primeira *Posição-Padrão*, *reconfigura-se* todo o mundo que cerca os seres humanos, e na terceira cria-se signos para descrevê-lo e entendê-lo¹¹. É a partir daí que as teorias, filosofias e ciências passam a ser válidas. Sobre este assunto, Searle escreve:

Muitas das características da metafísica ocidental – o pressuposto de uma realidade com existência independente e o de que a linguagem, pelo menos ocasionalmente, se adapta a essa realidade – são essenciais a qualquer cultura bem sucedida, seja ela qual for. Não podemos sobreviver se formos incapazes de enfrentar com êxito o mundo real [...] (SEARLE, 1993).

Para Searle, portanto, todo pensamento surge da aceitação inevitável desta realidade do mundo externo. Mas o conhecimento só é possível se houver uma linguagem. E esta linguagem deve estar adequada ao mundo (AUSTIN, 1980, p. 96). Por fim, Searle afirma que o “*realismo não é sequer uma teoria, mas sim uma estrutura dentro da qual é possível ter teorias*” (2000, p. 39). As posições negadoras da realidade, enquanto isto, acabam sendo teorias que afirmam outras teorias posteriores ao reconhecimento do mundo. Por este prisma, Searle começa o questionamento crítico do relativismo e do idealismo filosófico-científico. Não só por se tratarem de teorias que são confusas na interação *Mundo-Mente*, mas também por não conseguirem explicar algumas das exigências metodológicas e práticas do cotidiano.

1.1.1 Crítica ao Relativismo

Antes de apresentar a crítica de Searle ao relativismo, deve-se compreender o que significa este conceito para o filósofo. Seu diálogo é feito diretamente com Richard Rorty, que anteriormente a Searle buscou definir a discussão sobre o relativismo – no contexto das ciências humanas e filosofia (1994). De certa maneira, pode-se dizer que Rorty

¹¹ Primeira posição: existe um mundo real e independente. Terceira posição: Criamos uma linguagem que dá conta de explicar as coisas e fenômenos do mundo.

foi bem sucedido, visto as inúmeras teorias que se apóiam no argumento relativista na filosofia e nas ciências humanas¹².

Para Searle (2000), o relativismo deve ser considerado uma corrente de pensamento danosa no tocante ao entendimento de conceitos como objetividade (1.3.) e verdade (1.2.), dado serem esses dois conceitos fundamentais para descrever e solucionar problemas acerca da realidade e do conhecimento humano. Antes de mostrar os argumentos específicos de teóricos, por ele chamados de relativistas, Searle apresenta os seis ataques mais frequentes deste posicionamento [relativista], os quais partem de paradigmas das ciências empíricas, para demonstrar a confusão a respeito do conceito de “*universalmente aceito*”¹³.

O primeiro desafio diz que (1) a Teoria da Relatividade de Einstein ameaçou o conhecimento humano no que diz respeito ao espaço-tempo, etc. O segundo força a acreditar que (2) até mesmo a razão matemática não teria uma verdade independente com a nova teoria dos conjuntos proposta por Frege. Quer dizer, se até os fundamentos da matemática possuem contradições, então nada mais pode estar seguro. O terceiro desafio mostra que Freud, o pai da psicanálise, houvera apresentado (3) argumentos inquestionáveis de que os seres humanos não são movidos pela razão. O quarto anuncia (4) a Teoria de Incompletude de Göedel. Nela diz-se que há afirmações verdadeiras em sistemas matemáticos que podem ser provadas verdadeiras, mas que não conseguem ser provadas verdadeiras dentro do seu próprio sistema. O quinto desafio diz que (5) a mecânica quântica colocaria a razão humana em xeque, já que a realidade física é indeterminada e o observador consciente estaria criando a própria realidade no momento que a descreve. E o último diz que (6) a ciência está corrompida pela arbitrariedade – ou seja, a ciência cria uma realidade diferente daquilo que se vê.

As soluções para estes problemas são objetivas¹⁴. Searle mostra que (1) a teoria da relatividade de Einstein é uma extensão da física tradicional. (2) Os paradoxos lógicos de Frege apresentam alguns erros filosóficos que seres humanos podem cometer, apenas isto. (3) A

¹² Interpretação livre do autor diante das leituras de algumas obras de Dutra (2003; 2005) e Haack (2002).

¹³ O termo “universalmente aceito” pode ser entendido na acepção das teorias científicas. Quer dizer, toda a verdade produzida pelas ciências deve ser elevada a conhecimento por todos os indivíduos humanos.

¹⁴ No sentido de ser diretas e conclusivas. Conceito completamente diferente do tema abordado neste trabalho.

psicologia freudiana não é mais levada a sério como teoria científica, tanto pelos pares quanto pela comunidade científica. (4) Gödel consegue separar o ontológico do epistemológico descrevendo a verdade como uma questão de correspondência com os fatos. Os fatos se referem ao mundo real. A epistemologia é a compreensão desta captura do real – o real não é aquilo que se pensa – quer dizer, interpretou-se errado a posição de Gödel. (5) Numa coisa a Mecânica Quântica está certa, sugere Searle: a definição de micro e macro espaço. Porém não há nada nos resultados da mecânica quântica que faça o observador criar a realidade, assim como se propõe. E (6) este argumento da arbitrariedade nem de longe deve ser levado a sério (SEARLE, 2000).

Estas são as bases de todas as críticas contra o realismo e afirmação do relativismo. Então, apresenta-se a tese de Rorty em relação ao relativismo filosófico e depois a crítica de Searle a este posicionamento específico que aniquila com a possibilidade de uma verdade universal.

A primeira é a visão que toda crença é tão boa quanto todas as outras. A segunda é que um ponto de vista “verdadeiro” é um equívoco terminológico, havendo várias maneiras de significação como justificações. O terceiro é a visão de que não há nada a ser dito sobre a verdade ou a racionalidade para além das descrições dos procedimentos familiares de justificação que uma dada sociedade - a nossa - usa em uma ou outra área de investigação (RORTY, 1994, p. 23)¹⁵.

Analisando somente um ponto fixo e específico [o da verdade], encontram-se argumentos suficientes para denotar que esta corrente de pensamento seria perniciosa ao conhecimento (SEARLE, 2000). Sendo mais específico na crítica, Searle contrapõe-se ao relativismo explicando que *“no que diz respeito à história e cultura intelectual contemporânea, os ataques ao realismo não são motivados por argumentos, porque estes são mais ou menos obviamente débeis”* (SEARLE, 2000. p. 27). O filósofo critica a posição relativista por não usar argumentos racionais, mas retóricos (1993).

¹⁵ Tradução livre: The first is the view that every belief is as good as every other. The second is the view that “true” is an equivocal term, having as many meanings as there are procedures of justification. The third is the view that there is nothing to be said about either truth or rationality apart from descriptions of the familiar procedures of justification which a given society – ours- uses in one or another area of inquiry.

Neste sentido, o argumento relativista de Rorty entra no campo da teoria coerentista. Se o argumento consegue se explicar em seu próprio sistema lógico, então ele é válido. Porém, esta não parece ser a necessidade que os seres humanos buscam ao exprimir uma sentença verdadeira.

Em sua outra crítica, agora contra o *perspectivismo* filosófico¹⁶, Searle se posiciona contrariamente aos argumentos apresentados por Brian Fay. Em linhas gerais, o “*perspectivismo é o ponto de vista segundo o qual todo o conhecimento tem um caráter essencialmente perspectivo*” (FAY *apud* SEARLE, 2000, p. 28). Desta forma, tem-se que esta posição teórica não é considerada “*nem mesmo um ataque à mais ingênua forma de realismo*” (SEARLE, 2000, p. 29). As duas considerações que recebem mais atenção no contexto da posição questionada por Searle são: (1) todo conhecimento deve ser estabelecido a partir de um ponto de vista; e (2) este tipo de raciocínio torna impossível o conhecimento de fatos independentes.

Fay também recusa o fato de que a realidade possa ser acessível fora das linguagens. Para ele, a incompletude lingüística é suficiente para afirmar suas duas posições apresentadas acima. Mas para Searle, isto se trata de uma falácia de uso-menção (2000, p. 30):

Fatos são condições que tornam afirmações verdadeiras, mas não são idênticos a suas descrições lingüísticas. Inventamos palavras para afirmar fatos e para dar nome a coisas, mas isso não significa que inventamos os fatos ou as coisas (SEARLE, 2000, p. 30)

Este tipo de debate só é possível se “*partirmos do pressuposto de que tal realidade existe*” (SEARLE, 2000, p. 32 – 33). Quer dizer, tanto o relativismo quanto o *perspectivismo* já estão aceitando que o realismo é um fato a ser observado, desta forma, o realismo entra em pauta como irrefutável, tanto na filosofia quanto nas ciências.

Searle, portanto, é um realista – o contrário do relativismo e idealismo deve ser compreendido como realismo (ABBAGNANO, 2003, p. 834). Em outras palavras, ele aceita que o mundo é externo, real e independente das linguagens e da mente humana. Ademais, através das linguagens, é possível chegar ao conhecimento universal sobre os fatos e coisas do mundo. Alguns outros pensadores também podem ser considerados realistas, e, por conseguinte, influenciadores do

¹⁶ O qual também é considerado uma forma de relativismo por Searle.

pensamento de Searle: Quine, Austin (mentor de Searle), Dewey, Russel, entre outros (SEARLE, 1999).

Para Quine (1980), ao adotarmos uma teoria, estamos nos comprometendo com a existência das coisas sobre as quais ela quantifica. Apoiado nesta estrutura, Searle argui acerca do relativismo, indicando que toda forma de questionar a realidade já é, por assim dizer, uma afirmação dela mesma. E assim, segundo o filósofo, exclui-se qualquer possibilidade de validação destas posições negadoras da realidade.

Para Searle, toda e qualquer teoria que negue a realidade, seja em que nível for, estará pré-aceitando o que nega. Quer dizer, estas correntes de pensamento dariam conta de explicar que a realidade está *'lá fora'*, porém, nossos sentidos e linguagem são tão limitados a ponto de não conseguirmos reconstruir com fidelidade tal realidade. Por isto, ao afirmar que o ser humano não consegue ter acesso total a esta realidade e afirmar que ela não existe (ou que só pode existir tal qual nossos sentidos a representam), é admitir que a realidade existe, embora não possa ser descrita da mesma forma como ela é captada.

Com isto, Searle tenta mostrar que o realismo não é uma escola, uma forma acadêmica de compreender o mundo ou um posicionamento intelectual. O realismo, retomando, não é uma simples teoria. Ele é o pressuposto necessário para que se elaborem teorias. O realismo é anterior a qualquer pensamento. O filósofo sustenta que a prerrogativa anti-realista, ao negar a realidade externa estaria assumindo a existência dela mesma. É indispensável tomar como ponto de partida o fato indiscutível de que o mundo externo existe.

Searle usa esta ferramenta, aceitando que as coisas no mundo são designadas a *"fazer sua função"*. Quer dizer, cada elemento, objeto, fato, fenômeno, etc., produz o que é de sua natureza – o seu fim. Isto é chamado de intencionalidade (2000, p. 83), tal como a função da pedra é ser dura, a do vento é soprar, a do dinheiro é comprar, etc.

1.1.2 Intencionalidade

Como já foi dito, a filosofia de Searle busca em outras fontes filosóficas seus fundamentos. O conceito da intencionalidade não é algo retirado de sua teoria realística. Ele estabeleceu suas explicações a partir dos trabalhos de Bertrand Russell e Willard Quine, e o contraponto são as posições do filósofo da linguagem Ludwig Wittgenstein e Brian Fay (SEARLE, 1999).

A intencionalidade também pode ser descrita como uma ferramenta mental que tem por função compreender as coisas *do* e *no* mundo. No início (1.1.), viu-se que as *Posições-Padrão* são formas de aceitação do mundo externo, real e independente. Porém, ainda não se explicou como a mente apreende este mundo. No que concerne à estrutura do pensamento de Searle, o conceito de intencionalidade é capaz de explicar este problema (1991; 2000).

A teoria proposta diz que as coisas no mundo e os conceitos possuem cada qual certa *intencionalidade*, um modo de agir dentro e fora da compreensão humana. Quando entendidos através dos itens 1 e 2 das *Posições-Padrão*¹⁷, é necessário descrevê-los para que outros sujeitos tenham acesso a tais definições. Para isto, é preciso que o interlocutor se reporte através de uma linguagem, que será puramente *extensional* – indicada pelo item 3 das *Posições-Padrão*¹⁸.

Nesta parte da compreensão do mundo externo, poder-se-ia explicar que as coisas no mundo são independentes porque elas possuem uma *intencionalidade*, ou, uma ação de ser (DUTRA, 2005, p. 148). Este conceito *extensional* atribuirá às sentenças, ou aos objetos com que o sujeito se defronta, algo que se possa compartilhar de igual profundidade conceitual e, por conseguinte, cognitiva. O problema destacado pela filosofia da mente a respeito deste compartilhamento se volta às perspectivas diferenciadas acerca de cada objeto ou fato possível (QUINE, 1980, p.157-169; SEARLE, 1991, 242).

Independentemente do ponto de vista dos sujeitos, cada objeto é reconhecido mentalmente, não importa por qual ângulo, lado ou posição. Para entender esta questão seria recomendável a compreensão das linguagens *extensionais* (DUTRA, 2005, 104), mas se assim fizessemos, o foco do trabalho seria outro. Portanto, apresentar-se-á apenas uma breve definição desta questão específica.

Breve parêntese sobre a problemática das linguagens extensionais no sistema conceitual da Intencionalidade:

Para a filosofia, a linguagem extensional pode ser compreendida como uma forma de descrever e distinguir ações de comportamentos que podem ser compartilhados com outras espécies e que também é descrita por uma linguagem, simples ou não (DUTRA,

¹⁷ (1º) há um mundo real e independente de nós; (2º) temos acesso perceptivo a este mundo através dos nossos sentidos.

¹⁸ (3º) criamos uma linguagem que dá conta de explicar as coisas e fenômenos deste mundo.

2005, p.148). Esta daria conta de dizer que existem coisas no mundo que possuem uma *intenção* no ato de sua existência. Por exemplo, quando se diz uma palavra qualquer, como cadeira, a mente logo configuraria, através da linguagem e do *Pano de Fundo*, “um objeto construído para sentarmos”. Mas a *intencionalidade do objeto* cadeira não é reconhecida individualmente pelos sujeitos; outros estariam pré-aceitando esta *intencionalidade* porque ela já estaria *re-configurada* no *Pano de Fundo* de todos – que participam desta construção dos elementos sociais (2000, p. 83). Além disto, Searle argumentará que se a intencionalidade do objeto cadeira é sentar, então ela deve ser reconhecida por todos os seres humanos que entraram em contato com o objeto e a sociedade em questão. Isto se estende a toda a gama de coisas independentes dos seres humanos individualmente inseridos no mundo. Desta forma, alguns elementos, objetos e fatos são dados da realidade social (possuem uma existência à parte da realidade do mundo natural) e assim necessitariam dos seres humanos em coletividade (ou sociedade) para serem considerados existentes (SEARLE, 2000). Mesmo assim, estas *intencionalidades* não são dependentes de cada indivíduo em particular. Os elementos naturais do planeta, os outros animais e tudo que se estende além do homem inserido no mundo de cada indivíduo, também produzem *intenções* independentes. Mas de acordo com o ítem 3 das *Posições-Padrão*, eles passam a ter significados porque entram na sua linguagem *referenciadora* do mundo (SEARLE, 1991; 2000). Concluindo, “o projeto extensional é a busca por uma expressão extensionalmente equivalente a ‘é verdadeiro’” (KIRKHAM, 2003, p. 25).

Por fim, a intencionalidade dá conta de explicar a função, o modo como os objetos e as coisas está no mundo, independentemente dos sujeitos (DUTRA, 2005). Ou seja, todo objeto e fato que independe de uma interpretação, terá seu *status* de *intencionalidade*, embora nem sempre seja descrito por uma língua. Os seres humanos até são capazes de “saber qual é”, mas na medida em que eles são descritos, eles passam a fazer parte do escopo da linguagem e, conseqüentemente, da mente humana.

Acima, foi dado o exemplo da *intencionalidade do objeto cadeira* (o sentar). Ademais, objetos físicos não são os únicos a possuírem intencionalidade. Segundo Searle, que remete ao pensamento de Austin, instituições sociais, conceitos e ações também possuem esta característica (SEARLE, 1978; AUSTIN, 1980). Exemplificando este ponto: o país Brasil não é um ente físico como a cadeira, porém, ele tem

a *intenção* de ser um país, mesmo que, particularmente, algum sujeito não aceite.

Sendo assim, cada objeto ou fato do mundo, seja ele um elemento natural ou social, produz distintas *intencionalidades*, de acordo com a sua forma de relação com o mundo. Esta *intencionalidade* é passível de conhecimento se e somente se entrar no escopo lingüístico e cognitivo dos seres humanos. Entretanto, não é necessário que todos os sujeitos humanos tenham entrado em contato com aqueles. Se há uma aceitação social através de signos (linguagem) em comunhão, aquela instituição social, conceito ou fato é passível de conhecimento compreendido universalmente pelos seres humanos (SEARLE, 1978). De acordo com esta fundamentação, toda linguagem precisa ter um valor de verdade para, enfim, ser um conhecimento. Este é atribuído de várias formas, como será apresentado a seguir.

1.2 VERDADE

Não existe apenas uma forma de definir o conceito de verdade (ABBAGNANO, 2003), Mas, algumas acepções são mais conhecidas e utilizadas que outras. São elas: verdade como correspondência, como coerência e como utilidade (verdadeiro é o que é apropriado à conservação da humanidade¹⁹) (HAACK, 1998, p.127 – 143; KIRKHAM, 2003, p. 13). Existem outras definições de verdade, mas face à proposta deste estudo, apenas as referidas serão abordadas. Ademais, como indicação e curiosidade, as outras formas de verdade que não vão ser tratadas neste trabalho são: verdade como revelação (ligada aos dogmas religiosos); verdade como adequação a uma regra, além de outras (ABBAGNANO, 2003).

Searle escreve que a “*verdade é uma questão de precisão na representação*” (1993). Ele indica que a linguagem produz um efeito (verdadeiro ou falso) de acordo com o que ela está “*performando*”²⁰ (AUSTIN, 1980; SEARLE, 1978). Isto é, a acepção de verdade como correspondência é a melhor forma de compreensão nas ciências e na filosofia (2000; 1993), e conseqüentemente, na vida cotidiana e no jornalismo (como será apresentado posteriormente).

¹⁹ Tese apresentada por Nietzsche no seu texto intitulado Vontade de Poder (NIETZSCHE, 2002).

²⁰ Como Searle apresenta, apoiado em Austin, a linguagem não tem a pretensão de descrever, mas sim de performar. Como indicado no item 1.1.2, nota-se que a qualidade de performático deve compreender a intencionalidade e a extensionalidade.

Mas por qual motivo este conceito, que é o mais antigo de todas as acepções de verdade, é o mais adequado? De acordo com o que será apresentado, a verdade como correspondência dará conta de explicar esta relação do sujeito com o mundo externo e irrefutável (1.1). Quer dizer, esta forma de compreender a verdade é a que vai explicar a relação mundo-sujeito, enquanto que as outras vão apenas indicar quando é possível inferir valor de verdade em sistemas conceituais lógicos (como coerência) ou em sistemas relativos aos benefícios (como utilidade).

Portanto, para deixar mais claro, cada uma destas concepções não é negadora das outras – elas não são contraditórias. O que Searle e Austin argumentam é que uma complementa a outra. Como será apresentado no decorrer deste trabalho, não existe verdade como correspondência sem coerência (e às vezes, uma verdade como correspondência e coerente também pode ser útil – ou inútil), mas uma verdade coerente, por exemplo, não é necessariamente correspondente.

1.2.1 Verdade como coerência

Sabe-se que Searle argumenta que o realismo não é uma posição teórica. A análise mostrou que o filósofo rejeita as posições relativistas e idealistas por acreditar que estas necessitam indicar a existência da realidade do mundo externo para negá-la (1.1.1.) – ou seja, o realismo é a posição de todo e qualquer ser humano, quer se negue ou se afirme algo sobre a realidade. Como a concepção da verdade como coerência é posta como idealista pela filosofia (ABBAGNANO, 2003), Searle a rejeita se a teoria usar somente esta acepção.

Para fixar um ponto decisivo na identificação de uma verdade referente à teoria realista, a filosofia exprime a concepção de uma correspondência do mundo com o discurso produzido; se este discurso corresponde à realidade que ele abrange, então há verdade. A teoria coerentista da verdade não pressupõe esta relação que Searle e a filosofia da mente afirmam ser a melhor forma de compreender o mundo ‘*lá fora*’. Assim se apresenta a questão acerca da teoria da verdade como coerência.

Alguns problemas são selecionados, de antemão, dentro desta concepção. Um destes diz que “*ela não consegue fornecer uma definição precisa de ‘corresponde’*” (HAACK, 2002, p. 138). Esta teoria acaba formulando conceitos sem precisar ajustá-los ao mundo. Numa teoria coerentista da verdade, os nossos pensamentos dentro da mente teriam o mesmo valor ontológico das coisas do mundo sobre o

qual pensamos (KIRKHAM, 2003, p. 153). Daí se conclui que uma teoria como essa, para as ciências positivas, não valeria por si só. Ela precisa, além de ser coerente, explicar a relação do objeto real com a mente.

Ademais, as relações coerentes não são “bem definidas”, deixando-a em certa dissonância com sua própria coerência (HAACK, 2002, p. 138). Em outras palavras, a teoria coerentista não possui uma relação de *prova*. A única coisa que ela consegue provar é que ela é coerente com ela mesma.

Porém, a principal fraqueza, adverte Kirkham, “*é sua falta de plausibilidade inicial*” (2003, p. 160). Por estes motivos, a “*teoria coerentista da verdade*” só faria sentido dentro do seu próprio escopo, criando um círculo vicioso conceitual, classificando-se como uma teoria idealista (KIRKHAM, 2003, p. 161). Uma teoria da verdade não pretende ser *fechada* dentro de sua própria estrutura lógico-conceitual, completa. Isto significa que esta teoria não consegue explicar “*um fato independente da mente*”.

Por não conseguir oferecer soluções adequadas a alguns assuntos de dentro e fora da própria teoria, esta concepção de verdade deve ser negada quando se refere às ciências e filosofia, que necessitam do mundo para *corresponderem* (QUINE, 1980).

A teoria coerentista é possível no âmbito das obras literárias, onde a consonância com o mundo externo pode ser praticamente nula (KIRKHAM, 2003). Uma obra literária pode não ter a pretensão de descrever as coisas do mundo. Ela pode descrever um mundo que não é o nosso, mas mesmo assim ser coerente, e, por conseguinte, verdadeira. Enquanto que as ciências e a filosofia necessitam de validação por meio da correspondência entre o eu que afirma e o objeto do mundo sobre o qual se afirma algo.

Não existe ciência que não trate do mundo (DUTRA, 2003) e filosofia que não procure tratar e solucionar os problemas da mente, política, moral e qualquer outro ligado à vida humana (SEARLE, 2000, p. 16 – 18). Entretanto, a verdade sobre o prisma da ótica coerentista é aceitável apenas no contexto do seu próprio sistema. Para uma visão filosófica do mundo, a verdade como coerência, por si só, não poderia dar conta de explicar muitas das relações mente-mundo.

Quer dizer, ela é uma teoria que vale para algumas atividades específicas, além de ser útil ao que será apresentado na verdade como correspondência. Embora não se pressuponha nenhum enunciado sem coerência, não se pode descartar a correspondência no âmbito da filosofia e das ciências. Também não se deseja, argumenta Searle, que

não haja concisão de idéias quando expressas. Por isto, a verdade como coerência é uma teoria que faz sentido dentro da filosofia realística. Porém, ela por si só não ajuda em nada no que tange à questão valorativa do verdadeiro ou do falso em relação ao mundo externo.

1.2.2 Verdade como utilidade

A teoria da verdade como utilidade é instrumental, ou seja, é verdadeiro tudo o que é útil. Ora, trata-se, como se vê, de um sistema fechado de valor de verdade. Os pressupostos deste conceito são sempre dependentes de um sistema pré-aceito.

A teoria afirma que um dado é verdadeiro se e somente se for “*útil para estender o conhecimento ou para, por meio deste, estender o domínio do homem sobre a natureza, ou então por ser útil à solidariedade e à ordem do mundo humano*” (ABBAGNANO, 2003, p. 998). Nota-se que numa teoria como esta, a verdade depende do desejo de que um fato ou idéia seja verdadeiro ou tenha conseqüências úteis para a vida (TAMBOSI, 2007, p. 38 – 39). Mas esta não é a premissa do conceito de verdade *nas e para as* ciências (DUTRA, 2003), assim como não o é para a filosofia. Se a análise for feita na perspectiva de Searle, é impossível assegurar esta concepção de verdade na estrutura realista apresentada pelo filósofo, porque o mundo não nos fornece fatos úteis, e sim fatos que só serão verdadeiros se os enunciados sobre eles forem correspondentes à realidade.

Bertrand Russell, que também é considerado um realista, critica a concepção pragmatista, afirmando ser “*uma definição grosseira, para não dizer moralmente reprovável, do verdadeiro como crença adequada*” (RUSSEL *apud* HAACK, 2002, p. 142). Em outras palavras, a verdade pode ser arrogada mesmo que não se tenha verificado (HAACK, 2002, p. 141). Para realistas como Searle e Russell “*a existência de um fato não depende de nenhuma mente*” (KIRKHAM, 2003, p. 114). Além disso, Quine (1980) reforça a posição, afirmando que as crenças verdadeiras são aquelas verificáveis.

Desta forma, inferimos que existem posições teóricas e conceituais realistas que são mais plausíveis que as outras apresentadas como relativistas ou construcionistas. Nestas, são aceitas previamente a visão realista do mundo, porém, os pormenores lingüísticos e cognitivos ligados a esta posição dariam conta de afirmar que o real não existe independente de um olho que vê a realidade, um ouvido que escuta sons ou palavras, por exemplo. Ou seja, o real é sempre dependente da mente e dos sentidos humanos.

Diferentemente das duas primeiras teorias negadoras do realismo, a única dependência é em relação à realidade apresentada e captada pela mente e pela linguagem. Por outro lado, o realismo parte do princípio de que a realidade pode ser apreendida por meio da correspondência da linguagem com o mundo. A seguir veremos, portanto, a explicação da verdade com correspondência, a mais adequada à visão do realismo filosófico.

1.2.3 Verdade como correspondência

Esta concepção de verdade é adotada e enfatizada por Searle ao abordar o “*realismo externo*” (1993; 2000). Além disso, as duas primeiras formas de compreender a verdade (como coerência e como utilidade) são, por ele, chamadas de relativistas ou idealistas (se vistas isoladamente), por aceitarem que o “valor verdade” só pode ser dado em relação ao sujeito que crê ou à estrutura dos enunciados. Tem-se que elas não podem se correlacionar com o próprio mundo, e assim, não podem dar conta das explicações filosófico-científicas.

O histórico deste conceito é mais remoto se comparado aos outros (ABBAGNANO, 2003, p. 994). Ele já figurava nas discussões dos filósofos pré-socráticos, porém o primeiro a formulá-lo foi Platão em seu diálogo *Crátilo* (ABBAGNANO, 2003; DURANT, 2000). Neste, o foco da discussão era o campo da metafísica. Somente com os lógicos contemporâneos²¹ é que a teoria da verdade como correspondência tentou superar qualquer hipótese metafísica, vinculando-se ao “*mundo independente*” do realismo filosófico (ABBAGNANO, 2003, p. 996).

Estes teóricos procuravam mostrar que justificação, verificação e crença são atributos fundamentais para a afirmação da verdade. Por exemplo, “*é importante para nós que a opinião do piloto de como fazer voar o avião em que embarcamos seja algo mais que uma mera conjectura*” (KIRKHAM, 2003, p. 68). Então, a estrutura fundamental desta afirmação é dada pela *correspondência* do enunciado em relação ao mundo.

Ao descrever em seu livro o processo de verdade como correspondência, Richard Kirkham a adjectiva como o “*mais venerável de todos os tipos de teorias da verdade*” (2003, p. 173). Mas existem algumas teorias distintas de *verdade como correspondência*. Na perspectiva de Searle, a melhor definição de verdade pode ser atribuída

²¹ Bertrand Russel, Quine, Frege, Whitehead, Alfred Tarski, *et. all.*

à forma “*correspondência como correlação*” (1978, 1993, 2000), desenvolvida por John Austin:

Austin sugere que a verdade *não* é uma questão de congruência entre portador de verdade e um fato: “Não há necessidade alguma de que as palavras usadas ao se fazer uma afirmação verdadeira reflitam de alguma forma, mesmo que indireta, qualquer aspecto da situação ou do evento”. A correspondência entre o portador de verdade e o mundo é “*absolutamente e completamente convencional*”. É verdade, ele reconhece, que certas expressões numa linguagem já bem desenvolvida podem refletir certos fatos do mundo (AUSTIN *apud* KIRKHAM, 2003, p. 180).

Nesta acepção, a alternativa seria dizer que a verdade envolve uma única relação, abrangendo quatro termos: “*afirmações, sentenças, estados de coisas e tipos de estados de coisas*” (KIRKHAM, 2003, p. 181). Para a teoria “*correspondente como correlação*”, qualquer afirmação está correlacionada a um estado de coisas particular (KIRKHAM, 2003, p. 183). Desta forma, tem-se que toda afirmação é uma afirmação sobre o mundo. Usando o célebre exemplo de Tarski: ‘a neve é branca’ é uma afirmação verdadeira se e somente se a neve for branca (MORTARI & DUTRA, 2004, p. 16). Assim, “*a relação de correspondência é explicada em termos de relações puramente convencionais entre palavras e o mundo*” (HAACK, 2002, p. 135).

Ademais, nesta concepção de verdade, toda e qualquer forma descritiva pode receber este *valor de verdade* (HAACK, 2002, p. 136). A teoria da verdade como correspondência explica esta relação do mundo real (vista no início deste trabalho) com a linguagem expressa pelos seres humanos.

Como indicado, a verdade necessita da linguagem para ser válida. No tópico sobre o realismo (1.1.), foram apresentadas as ferramentas das *Posições-Padrão* de Searle. Identificou-se que as coisas do mundo, que são independentes e reais, só passam a fazer ‘sentido’ quando apropriadas pela linguagem, que é performática e *extensional*. Isto é, a linguagem seria capaz de explicar a *intencionalidade* de cada objeto, fato, fenômeno, entre outras coisas que ocorrem no mundo configurado como exterior à mente, à linguagem e a percepção humana. Ou seja, as sentenças são verdadeiras se correspondem aos fatos, falsas se não correspondem (1.1. & 1.1.3.).

Estes conceitos, por si sós, entretanto, não dariam conta de explicar o problema. Na proposta de Searle, existe outra ferramenta conceitual importante: a objetividade. Aqui, ele separa os objetos existentes e passíveis de cognição daquilo que pode ser inferido por valores de verdade, por serem captados pela linguagem e mente, e assim serem sujeitos a participar dos processos de conhecimento.

1.3 OBJETIVIDADE

A objetividade tem uma história extensa, surgindo como problema filosófico ainda nas origens do pensamento filosófico-científico na Grécia Antiga (WARD, 2005, p. 15). Por ter esta história extensa, o conceito de objetividade foi-se modificando com o tempo. Por isso, quando se fala em objetividade é necessário deixar claro qual é a modalidade conceitual a que estamos nos reportando.

No início entendia-se que a objetividade explicava a existência da coisa enquanto tal, em si mesma, quer dizer, era um conceito de carga ontológica que procurava explicar o como e o porquê de as coisas serem como são (WARD, 2005). Já na contemporaneidade o conceito se modificou, ora sendo caracterizado como problema epistemológico – herança da escolástica medieval –, ora como problema estilístico (SPONHOLZ, 2009; WARD, 2005), ora como problema gnosiológico (GUERRA, 2008).

Searle aceita a pluralização deste conceito a partir da filosofia contemporânea. Sua tese tenta explicar como surgem as coisas e quais são as possibilidades de verdade e conhecimento. A objetividade mostraria quando é que valores-verdade são imputados e quando não o são. E sempre que houver a possibilidade de correspondência verdadeira com o mundo, o conhecimento poderá também ser alcançado.

1.3.1 Objetividade Ontológica

O conceito de objetividade ontológica é fruto do pensamento dos primeiros filósofos (1.3.). Esta concepção foi a primeira formulação acerca dos objetos independentes da mente humana. A filosofia e as ciências ainda aceitam esta primeira forma de compreender o mundo que nos cerca. Não obstante, esta concepção consegue explicar apenas uma parte do problema da objetividade – e do acesso ao mundo externo.

Resumidamente, a objetividade ontológica implica um valor distinto, que não pode ser encarado como contrário ou contraditório: a subjetividade ontológica (SEARLE, 2000). Esta última acepção dá a

entender que toda e qualquer forma de processo interno dos sujeitos (SEARLE, 2000, p. 46), desde uma simples sensação física aos mais elevados estados mentais, sejam frutos do subjetivismo, embora não haja possibilidade de negá-los.

Voltando à questão da realidade, é inegável que os seres humanos possuem consciência, pensam, assim como é inegável, afirmam os filósofos realistas²², que animais e humanos sentem dores, cansaço, euforia, etc. Estes processos são existentes, mas necessitam sempre de um sujeito para existir. Ainda assim, eles não precisam ser descritos por uma linguagem, nem ser apreendidos conceitualmente para haver uma inferência sobre sua existência.

Para Searle, os estados conscientes devem ser compreendidos como “*ontologia da primeira pessoa*”, ou seja, “*existem apenas do ponto de vista de algum agente, organismo, animal ou pessoa que os possui*” (2000, p. 47). Da mesma forma, entidades ontologicamente objetivas, que não necessitam deste estado de consciência (tais como montanhas, rios, lagos) já existem por si mesmas. Assim, não é necessário que sujeito algum os experimente.

Esta segunda definição de entidades existentes é classificada por Searle como coisas e fatos ontologicamente objetivos. Quer dizer, eles são “*existentes na terceira pessoa*”, isto é, “*sua existência não depende de serem experimentados por um sujeito*” (2000, p. 47). Searle afirma que independe se “eu” vejo a montanha ou a nomeio. Ela estará lá, independente da interpretação ou contato com qualquer mente humana ou não humana (como é o caso dos outros animais).

Searle alerta, porém, que não se está falando de acesso epistemológico (acesso de produção do conhecimento e inferência de verdadeiro ou falso), somente do acesso cognitivo direto, através do *Pano de Fundo*, como mostrado anteriormente (1.1.). A objetividade e a subjetividade ontológica dizem respeito à existência das coisas, sejam elas materiais, mentais ou sensoriais. Não é possível afirmar que a dor é verdadeira ou falsa tanto quanto uma montanha. No que diz respeito à estrutura conceitual adotada por Searle, uma coisa existe ou não existe independentemente de valores de verdade ou falsidade.

Conforme o subcapítulo sobre a verdade (1.2.), esta só é possível em afirmações que descrevem o mundo. Quando os seres humanos se deparam com a objetividade ou subjetividade ontológica, se está falando daquele mundo descrito pelo realismo, mais precisamente,

²² John Searle, John Austin e Bertrand Russell.

sobre aqueles objetos e fatos apreendidos nas *Posições-Padrão*. A única possibilidade de quantificação neste momento é: ‘existe’ ou ‘não existe’.

O que se pode apreender neste ponto é que o conceito de objetividade ontológica dá possibilidades de conhecer o que é anterior ao pensamento (à formulação de sentenças) e o que é posterior. Desta forma, tem-se que os valores, “ontologicamente”, serão dados inegáveis do acesso perceptivo e sensorial de uma realidade externa e independente de gostos, posicionamentos e pontos de vista.

1.3.2 Objetividade Epistemológica

De acordo com a história da filosofia, há um hiato de mais de mil anos entre a formulação dos conceitos de objetividade e subjetividade ontológica e os de objetividade e subjetividade epistemológicas (WARD, 2005). Assim, é a partir deste ponto que as referências aos problemas do conhecimento devem ser analisadas, tanto pela metafísica ocidental, quanto pelas ciências (ABBAGNANO, 2003, p. 183).

Searle, por sua vez, afirma que a objetividade epistemológica é ligada aos processos do conhecimento, porque está inserida nos métodos mentais de apreensão de reconhecimento do mundo por parte dos seres humanos. Quer dizer, somente através da linguagem é possível haver este ‘conhecimento’ (SEARLE, 2000, p. 48).

Para o filósofo norte-americano, os processos ontológicos dão conta de explicar o acesso cognitivo dos seres humanos ao mundo (acesso direto, sem a intervenção de culturas, linguagem ou juízos de valor), enquanto que os processos do conhecimento, ou epistêmicos, explicariam como é possível conhecer um dado do mundo através do reconhecimento e exteriorização desta percepção humana – definida nesta teoria como ontologicamente existente [seja através do conceito de objetivo ou subjetivo] (*Idem*).

Também aqui, a primeira distinção a ser feita é acerca dos conceitos de objetividade e subjetividade. Como o conceito é ligado à sua expressão e representação, será necessário sempre uma linguagem, um enunciado, etc. Uma afirmação é epistemologicamente subjetiva, diz Searle, se “*sua verdade depende essencialmente das atitudes e sentimentos dos observadores*” (*Idem*). Uma “*afirmação é considerada objetiva se pode ser reconhecida como verdadeira ou falsa independentemente dos sentimentos, atitudes e preconceitos das pessoas*” (*Idem*).

Nota-se que as possibilidades epistemológicas se dão sempre através de ‘afirmações’. Exemplificando, como demonstra Searle, “*a dor no meu dedo do pé é ontologicamente subjetiva, mas a afirmação ‘JRS está com uma dor no dedo do pé’ não é epistemologicamente subjetiva*” (2000, p. 49). Isto é, quando expressa uma sentença sobre um fenômeno do mundo (seja ele ontologicamente objetivo ou subjetivo) e esta sentença pode receber valor de verdade independentemente dos gostos, sentimentos, atitudes, etc., então ela será epistemologicamente objetiva. Caso contrário, quando o enunciado implica juízos de valor, sentimentos e qualquer carga conceitual que dependa única e exclusivamente do sujeito que os expressa, então se está diante de uma sentença epistemologicamente subjetiva.

Sentenças que não recebem valor de verdade, não podem ser objeto de conhecimento. Uma sentença se tornará conhecimento se e somente se atingir o conceito de epistemologicamente objetivo (SEARLE, 1978; 1993; 2000).

A objetividade ou subjetividade epistemológica é um valor conceitual que parte das construções humanas. Deve-se compreender que Searle em nenhum momento nega que exista uma carga subjetiva nas atividades dos seres humanos. O principal problema levantado pelo filósofo refere-se à possibilidade de conhecimento do mundo tal qual ele se apresenta através desta linguagem (limitada e fracionada) criada pelos seres humanos que tenta explicar os fatos e objetos do mundo ‘*lá fora*’.

Não obstante, a investigação proposta pelo filósofo norte-americano defende que a realidade social (as instituições, conceitos e todos os demais objetos ontologicamente subjetivos) também receberá o mesmo valor de verdade daquele dado ao mundo natural. A identidade de um fato, seja ele natural ou social, é dependente de suas especificidades correspondentes. Por este motivo a realidade e a verdade dos fatos [sociais e naturais] desenvolvem-se na mesma definição (SEARLE, 1995, p. 219 – 220). Sendo assim, a verdade será sempre “correspondência” na filosofia realista, mesmo que o fato ou objeto seja um dado que dependa dos seres humanos em comunhão.

Através desta abordagem conceitual acerca do mundo, afirmam-se algumas posições essenciais à filosofia e às ciências. Viu-se que o realismo não é uma posição teórica, em princípio, mas que posteriormente poderia sê-lo (1.1.). Quer dizer, o realismo é a aceitação do mundo, mas ao falar desta aceitação, está-se criando uma teoria realística do mundo.

Se o realismo é uma aceitação do mundo tal qual ele se apresenta, aceitando-se as limitações perceptivas e cognitivas dos seres

humanos, alguns cuidados conceituais devem ser tomados. Por exemplo, quando exposto o conceito de verdade, foi necessário compreender qual é a melhor adequação dos conceitos existentes. Viu-se que verdade não remete a um único entendimento. Assim, a verdade como correspondência por correlação, exposta primeiramente por John Austin, se apresentou como a mais adequada aos problemas do realismo (seja ele conceitual ou como *Pano de Fundo*) e, conseqüentemente, aos da filosofia e das ciências positivas.

Ademais, a verdade necessita da ferramenta conceitual que possa explicar a relação das afirmações com o mundo. Viu-se que os conceitos de objetividade e subjetividade epistemológica suprem esta necessidade. Como o conceito epistemológico refere-se aos enunciados proferidos pelos seres humanos, Searle acrescenta que é através deste que o conhecimento é possível.

Por fim, as teorias construcionistas, relativistas ou subjetivistas não conseguem definir um conceito de verdadeiro que possa validar um enunciado com o valor de “*corresponde a*”. Este seria o maior problema ao se aceitar estas teorias e vinculá-las aos processos de conhecimento. Portanto, a teoria realística seria a mais adequada para falar desta relação dos seres humanos com o mundo.

1.4 POSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO

O *Pano de Fundo* indica que possuímos uma linguagem que referencia o ‘mundo’. A verdade e falsidade de uma afirmação dependem da correlação com o próprio ‘mundo’. E o conhecimento só é possível através de enunciados afirmativos sobre as coisas *do* e *no* ‘mundo’. Ou seja, o conhecimento sempre será objetivo. Assim, Searle explica esta problemática:

[...] porque o conteúdo do que é conhecido é sempre uma proposição verdadeira e porque a verdade é em geral uma questão de representação precisa de uma realidade cuja existência é independente (SEARLE, 1993).

Na filosofia contemporânea, o conhecimento é afirmado como “*Crença verdadeira e justificada*” (SEARLE, 1993; DUTRA, 2005). Mostrou-se que a crença parte das *Posições-Padrão*, ou seja, a aceitação do mundo tal qual se apresenta. Por exemplo, é indiscutível que dor e montanha existem e que são referenciadas por uma linguagem (simples ou não); a verdade depende da correspondência daquela linguagem que

denota as coisas para com o mundo – se corresponder com o mundo é verdadeiro, se não é falso; e a justificação demonstra a possibilidade de acesso da mente dos seres humanos às afirmações (DUTRA, 2002). Quer dizer, o sujeito precisa crer que a montanha exista (e isto ele fará usando as *Posições-Padrão*), desenvolver uma afirmação sobre ela (por exemplo: “esta montanha tem neve”), e fazer com que a sentença “esta montanha tem neve” corresponda à própria montanha nevada.

De acordo com Searle, o conhecimento é possível, viável e inquestionável. Repetindo, somente através da linguagem se pode atingir conhecimento. Nesta linguagem, afirmações através de juízos de valor, sentimentos e qualquer posição subjetiva anulam a objetividade e, em conseqüência, o conhecimento – não se pode conhecer fatos únicos e exclusivos da mente dos outros. Acontece que só se conhece as sentenças sobre as afirmações dos estados subjetivos dos outros. Desta forma, quando expresso juízos de valor, eles dão opiniões, e como apresentado neste trabalho (1.1.1.), uma opinião é tão boa quanto qualquer outra. Já os processos do conhecimento necessitam de mais rigor na apuração das correspondências com o mundo.

Quer dizer, a opinião “*é difícil subir esta montanha*” é tão boa quanto “*a montanha é bela*”. Já a afirmação “*esta montanha é nevada*” é verdadeira ou falsa, assim como a sentença “*esta montanha fica no Brasil*”. Os valores de verdade e falsidade nos primeiros exemplos não podem ser testados diante de todos os seres humanos, assim como as questões de gostos e preferências. Já os últimos dois exemplos mostram que, independente do meu gosto, se a montanha tem neve ou está localizada no Brasil, ela será verdadeira, caso contrário, será falsa. Ou seja, não se pode conhecer “*a montanha bela*” ou “*montanha difícil*”, mas se pode conhecer uma “*montanha nevada*” ou uma “*montanha brasileira*”.

Portanto, o valor central do conhecimento é fornecido pela possibilidade da verdade. O desenvolvimento filosófico da realidade remete sempre à possibilidade de conhecer, e para conhecer é preciso que as sentenças enunciadas sejam verdadeiras e objetivas em relação ao mundo ao qual essas sentenças se referem. Um conhecimento falso, não é possível.

Assim, o conhecimento faz parte da teoria realista do mundo. É desta forma que se comporta a epistemologia em relação às ciências positivas e à filosofia. Como incluir o jornalismo no mesmo âmbito teórico epistêmico relativo às ciências positivas e à filosofia?

O estudo definirá quais as possibilidades de uma teoria realística dentro do jornalismo. Como veremos a seguir, a partir das

pesquisas de Gilles Gauthier e Stéphanie Martin, este trabalho na área da comunicação não é tão simples e universalmente aceito. Será necessário reconstruir a crítica destes dois autores acerca do realismo filosófico no contexto do jornalismo. E desta feita, estaremos pondo em foco a problemática do realismo filosófico na comunicação feita na Universidade de Laval.

PARTE II

*“Se faço ficção, posso inventar o que quiser.
Se faço jornalismo, não posso. Devo ater-me
aos fatos”.*

- Frase de Ricardo Noblat, jornalista brasileiro.

2. O REALISMO JORNALÍSTICO EM GILLES GAUTHIER

Gilles Gauthier é professor titular da Universidade de Laval, Canadá, na área da ética e teoria do conhecimento aplicadas à comunicação. Por ter sua formação fora da comunicação, sua perspectiva é descrita como inovadora (MARTIN, 2003)²³. O professor desenvolveu sua pesquisa no realismo jornalístico através da filosofia de Searle. A fim de introduzir suas articulações conceituais e metodológicas – e por conseqüência, as da pesquisadora de jornalismo Stéphanie Martin (que será vista mais adiante na Parte III), Gauthier apresentará uma teoria pouco examinada no campo da comunicação: o realismo externo da filosofia analítica.

No jornalismo, há fortes correntes construcionistas, relativistas e subjetivistas, relata Gauthier (2003, p. 186) e o professor considera essas três correntes danosas à teoria jornalística por não serem sólidas em termos de coerência, além de confundir a compreensão do público em geral e dos profissionais acerca dos problemas conceituais da área. Como foi apresentado (1.1.1.), o construcionismo não consegue definir a correlação do mundo e imputar valor de verdade às sentenças (ferramenta fundamental da prática profissional jornalística). E para uma área profissional que se constitui por meio de sentenças (verbais ou escritas), este seria o maior erro.

O construcionismo é apontado como um problema central que precisa ser superado. Definido desta forma é necessário entender a dicotomia *realismo-construcionismo* no âmbito do jornalismo. Gauthier afirma não haver outra visão mais adequada ao jornalismo que o realismo filosófico, e não seria prudente à área aceitar a perspectiva construcionista.

²³ Currículo do professor retirado de sua própria página da Universidade de Laval no link: <http://www.com.ulaval.ca/no-cache/departement/personnel/dic/retour-dic/85/nom/gilles-gauthier/>, acessado em 20 de junho de 2011.

Gauthier explicita a relação entre o construcionismo e os profissionais do jornalismo, nos seguintes termos:

Os jornalistas, porém, reconhecem o *a priori* informacional de sua prática profissional, mas muitas vezes recusam a admitir a subordinação à verdade e à realidade. O fato é que os jornalistas estão numa situação de duplo vínculo. (GAUTHIER, 2004, p. 166)²⁴.

Os profissionais até compreendem esta situação de *submissão* à realidade ‘*lá fora*’ e que o realismo seja a mola propulsora da área. Mas, em muitos casos, esses mesmos profissionais acabam deixando de lado a apreensão realística do mundo (que na Parte I mostramos não ser uma simples teoria) e acabam se pautando pelo que Gauthier e Searle chamam de *explicações mirabolantes sobre a realidade* (GAUTHIER, 2004). Isto porque, segundo o entendimento do professor da Universidade de Laval, estas posições são mais confortáveis à mente e conseguem dar livres interpretações aos fatos e teorias sem aprofundar os meandros conceituais da filosofia e do jornalismo – problemas estes independentes das mentes, vontades e gostos individuais. Desta forma, Gauthier explica sua posição filosófica realista, mais profícua ao jornalismo:

O realismo jornalístico que eu advogo pode ser expresso por meio de duas declarações, uma em relação à realidade e outra em relação à verdade. Estas são duas afirmações na formulação específica da relação entre o realismo e a natureza construída pelo jornalismo. A primeira idéia é pertinente à realidade: 1 - há uma realidade independente do jornalista e este fato independente pode, em última instância, ser jornalístico. A segunda declaração é sobre a verdade: 2 - Jornalismo é a produção de afirmações verdadeiras sobre a realidade. A atribuição de valores de verdade é a atividade

²⁴ Tradução livre de: Les journalistes, qui pourtant reconnaissent l’a priori informationnel de leur pratique professionnelle, se refusent souvent par ailleurs à admettre sa subordination à la vérité et à la réalité. En fait, les journalistes se mettent aujourd’hui à ce propos dans une situation de double contrainte.

prévia à construção do jornalismo. (GAUTHIER, 2004, p. 168)²⁵.

Esta tese se baseia na proposta de Searle apresentada na Parte I deste estudo. Demonstrando que a realidade é irrefutável no âmbito das ciências positivas, da filosofia e do conhecimento humano, o jornalismo deveria se valer deste mesmo princípio, ou seja, de que a realidade é irrefutável. Se assim não fizer, os princípios de *provas* do jornalismo se darão a partir da teoria coerentista da verdade – ou - quem sabe? – da teoria utilitarista, o que coloca o jornalismo no mesmo patamar da literatura e das obras de arte. Porque, como foi demonstrado, as teorias coerentista e utilitarista por si sós não conseguem responder às especificidades da relação *homem-Mundo*.

Apesar de muitos serem contrários à posição realista, o jornalismo se adequa perfeitamente à este princípio filosófico. A área se vale da mesma dinâmica do realismo presente nas ciências positivas e na epistemologia. Se o jornalismo for um produtor de conhecimento dos fatos da realidade externa, o realismo filosófico será, portanto, sua base teórica. Que outra teoria conseguiria explicar melhor a relação jornalismo com a realidade?

Gauthier procura identificar quais são os teóricos realistas nas teorias do jornalismo, os quais têm como fundamento em suas pesquisas a ‘mesma dinâmica epistemológica das ciências positivas’ [do conhecimento em geral e da filosofia] no tocante à produção de conhecimento, assim como distingui-los dos teóricos construtivistas e relativistas. Ou seja, a proposta do professor Canadense é negar o construcionismo e o relativismo na comunicação e aproximar a atividade profissional jornalística à atividade do conhecimento científico.

Com esta definição conceitual [a do jornalismo como um produtor de conhecimento tanto quanto as ciências], a intenção é mostrar um princípio teórico do jornalismo pouco discutido e difundido na comunicação (GAUTHIER, 2003 & 2004). Isto é, para Gauthier, o jornalismo como forma de conhecimento não é um assunto sugerido nas

²⁵ Tradução livre de: Le réalisme journalistique dont je me fais le défenseur peut être exprimé au moyen de deux énoncés relatifs l'un à sa relation à la réalité, l'autre à sa relation à la vérité. Voici ces deux énoncés dans la formulation desquels est précisé le rapport entre le réalisme et le caractère construit du journalisme. Le premier énoncé a trait à la réalité : 1. il existe une réalité indépendante du journalisme et c'est sur cette réalité indépendante que porte, en dernière instance, le journalisme. [...] Le second énoncé concerne la vérité : 2. le journalisme consiste à produire des assertions vraies au sujet de cette réalité indépendante. L'attribution de valeurs de vérité est l'activité préalable à la construction journalistique.

pautas de discussão acadêmica, muito menos profissionais. Por isto, ele procura divulgar, com ênfase, esta posição.

Além do mais, no trabalho de Bernier (outro pesquisador e jornalista que tem em comum os objetos conceituais de Gauthier), foi defendida a ideia que “*a difusão de informações verdadeiras é um dever fundamental do jornalista*” (2004 A, p. 125)²⁶. Porém, ele ainda alerta que boa parte dos profissionais não consegue identificar o conceito de verdade – como foi demonstrado anteriormente neste trabalho – e, conseqüentemente, também não conseguem distinguir o significado de objetividade [jornalística], confundindo o conceito de objetividade com o de verdade. Desta forma os profissionais acreditam, muitas vezes, que estes são o norte dos problemas éticos, e não epistemológicos da área. Sendo assim, acabam confundindo o escopo de atuação destes conteúdos e subvertem os conceitos de verdade e objetividade. A ética e a epistemologia do jornalismo, por extensão, acabam se confundindo também.

Por definição já apresentada, de chofre, neste trabalho, o maior problema do jornalismo está vinculado à possibilidade de verdade das notícias, reportagens, matérias especiais, etc., e não à objetividade (ou subjetividade) destes mesmos *objetos jornalísticos*. O fato é que nenhum profissional ou o próprio público, a priori, negam estes pressupostos realísticos.

A questão em foco é se a notícia consegue corresponder verdadeiramente à realidade relatada pelo jornalista. Ao atentarmos para esse fato, já estamos afirmando que a realidade deve ser descrita de forma correspondente pelo jornalista (GAUTHIER, 2004; GUERRA, 2008; WARD, 2006). Como uma demonstração científica, o jornalismo precisa dar conta de assegurar que seu material pode engendrar-se na epistemologia das ciências positivas de forma a produzir conhecimento com base numa crença verdadeira e justificável sobre os fatos singulares da vida cotidiana, dando ênfase aos seus próprios critérios profissionais, tais como a noticiabilidade, a atualidade e o ineditismo (SOUSA, 2002; GAUTHIER, 2004).

Assim como na apresentação filosófica do problema da realidade, portanto, o mundo externo é pressuposto pelos jornalistas, pelo público e até mesmo pelo mais relativista [construcionistas ou subjetivistas] dos pensadores da comunicação, antes mesmo de ser questionada sua efetividade. Gauthier esclarece que nenhum redator-

²⁶ Tradução livre de: La diffusion d'informations véridiques est un devoir fondamental du journaliste.

chefe aceitaria que um de seus jornalistas subordinados entregasse uma cobertura de um evento sem o mínimo de *checagem* do que *realmente* aconteceu. Isto é aceito como princípio trivial neste trabalho, porém, como será demonstrado no próximo item (2.1), não é aceito por alguns dos teóricos da comunicação mais influentes. Há controvérsias teóricas.

O que se infere, a partir de agora é que há uma forte corrente construcionista no jornalismo que afirma uma dependência da realidade para com a descrição ou o relato jornalístico do fato – nunca uma realidade que independe destas interpretações. Ou, em outras palavras, que a realidade seria construída pela descrição ou pelo relato jornalístico. Este estudo visa identificar como esta posição teórica se fundamenta e como é possível questioná-la. A intenção é mostrar como esta linha de pensamento se define e como o jornalismo pode se desvencilhar deste caminho relativista.

2.1 CRÍTICA AO CONSTRUCIONISMO

Um dos motivos mais evidentes para considerar que o jornalismo é permeado por posições construcionistas, as quais são danosas à prática cotidiana dos meios de comunicação, é o excesso de subjetivismo nas notícias por confundirem juízos de valor com fatos. Deste modo, a objetividade torna-se escusa e em consequência, a verdade também (GAUTHIER, 2003/A).

Os argumentos construcionistas são apresentados da seguinte forma por Gauthier: alguns erros são cometidos, e, se não forem corrigidos, os fatos acabam por serem tomados por reais e verdadeiros. Mas como as empresas não costumam corrigir seus erros, então o fato será lembrado na mente dos leitores ou receptores como sendo exatamente aquele descrito pelo meio de comunicação. Por mais errôneo e deturpado que venha a ser [o fato], sendo descrito e não questionada a sua validade, pode-se dizer que uma parcela da realidade foi modificada, porque a lembrança do fato descrito [versão do fato] será considerada como o próprio fato (RAMONET & CLAUWEART & BERNARD, 1998). A princípio, esta teoria se apresenta confusa, mas Gauthier está apenas mostrando como os construcionistas na comunicação definem a realidade.

Estas posições teóricas igualam a atividade cultural, tais como a pintura e a poesia, ao jornalismo. Porém, apesar de Gauthier, Bernier e Martin definirem a área como uma atividade tipicamente humana, o jornalismo se distancia das produções estéticas numa questão primordial: a busca da descrição verdadeira dos fatos. Enquanto a

produção cultural dependeria única e exclusivamente da subjetividade do artista e das interpretações de cunho pessoal de cada sujeito, o jornalismo estaria distante desta perspectiva. O jornalismo até entende certa autonomia subjetiva na produção do material jornalístico, mas não da mesma forma das elaborações artísticas. Assim, nota-se que aquela crítica ao construcionismo (relativismo ou subjetivismo) na comunicação leva em conta este tipo de tese universalista da prática profissional do jornalismo. Se a dependência do jornalismo fosse apenas em relação à subjetividade do jornalista e do público, um dos trabalhos mais complexos seria afirmar a verdade jornalística com base nos critérios que cotidianamente o público usa – além de desconstruir a teoria usada neste trabalho – mas, veremos isto mais adiante, na terceira parte da dissertação.

Em contrapartida, de acordo com os construcionistas citados aqui, a verdade é um valor relativo. Quer dizer, se o fato depende do subjetivismo do indivíduo, a verdade só pode ser dada como *verdade para um sujeito*, e não como *verdade independente*. Não existiria verdade independente, como mostraram Gauthier e Searle em relação às verdades científicas e filosóficas. O que se questiona é que não se pode inferir verdade sem que esta seja *para alguém*. Segue um exemplo ilustrativo deste tema em defesa do realismo filosófico no jornalismo:

- Suponhamos que no dia 28 de março de 2011, JR, um motociclista, causou um acidente na cidade de Joinville, Santa Catarina. Sua moto ficou completamente destruída. Os paramédicos chegaram ao local após 20 minutos do acidente e socorreram JR de prontidão. Não houve prejuízos materiais para o município ou a terceiros, somente ao motociclista. JR sofreu queimaduras de terceiro grau na perna devido à temperatura do escapamento de sua moto, que caíra por cima de seu corpo, mas não corria risco de morte.

Um jornalista que passava pelo local tratou de noticiar este fato. Porém, a notícia veiculada saiu no jornal do bairro afirmando que o motociclista de nome RJ falecera. –

O que qualquer pessoa poderia questionar é a veracidade deste relato – em especial, aqueles que viram o fato. Nesta suposição, o nome do motociclista é JR e ele sofreu queimaduras na perna, não morreria e não corria risco de morte. Porém, como alguns teóricos poderiam afirmar, o simples fato da escolha de um ponto de vista, de um espaço físico, já configuraria certo grau de subjetivismo.

Este exemplo serve para ilustrar a distinção das idéias construcionistas e realistas na comunicação, segundo Gauthier. A

notícia é uma reconstrução da realidade [para os construcionistas], não uma descrição, que pode ser verdadeira se corresponde ao mundo ou falsa se não [como foi apresentado na Parte I], conforme a perspectiva do realismo jornalístico.

Neste exemplo, o jornalista errou ao informar que houve uma vítima fatal, por falta de *apuração* dos fatos. Não obstante, mesmo que o público entenda aquela notícia, eles nunca terão conhecimento sobre o ocorrido – se não entrarem em contato com uma descrição correspondente –, isto porque, segundo Searle e Gauthier, é impossível conhecer o falso e o irreal (SEARLE, 2000). Só se pode conhecer, portanto, o verdadeiro e o real. O que se está inferindo é que as sentenças do jornalista fictício sobre o fato não são correspondentes à realidade. Mesmo que haja compreensão, ela não é verdadeira (pois, como apresentado, uma sentença pode ser coerente, ter significado, mas ao falar do mundo real e externo, ela precisará, além da coerência, do elemento *correspondência* com o mundo).

Desta forma, a preocupação do jornalismo é saber se a notícia está em relação com o mundo por ela descrito, deixando de lado qualquer objeção sobre a efetividade deste mesmo mundo. Por exemplo, a sentença ‘*RJ faleceu hoje em um acidente de moto*’ pressupõe verdade, e, por conseguinte, conhecimento sobre o fato ocorrido, se e somente se RJ faleceu num acidente de moto. Embora se possa entender todo o enunciado, até mesmo as relações causais contidas ali, o fato noticiado não pode ser entendido como sendo um conhecimento verdadeiro. Quer dizer, RJ, motociclista, não faleceu. Portanto, o conhecimento não é possível e os construcionistas, alerta Gauthier, estariam se equivocando ao afirmar que tal fato pode ser descrito a esmo por qualquer pessoa e ser verdadeiro. Há uma exigência maior ao descrever um fato jornalístico.

Para o professor da Universidade de Laval, Bourdieu representa como é admitido o argumento construcionista na comunicação. Este último afirma que uma reportagem ou notícia pode muito bem recriar a realidade e tornar verdade aquilo que está contido no material jornalístico (BARREIROS, 2003). Então, para esta corrente de pensamento, afirmar-se-ia que o fato é aquele mesmo descrito pelo jornalista e não o próprio fato. Quer dizer, se memorizado e compreendido, se é coerente, “honesto”, nada impede que isto seja verdade. O princípio de verdade acaba por se desviar para o caminho dos valores éticos, pois honestidade não pode ser classificada no âmbito de valor de conhecimento. A verdade, no âmbito do conhecimento, não

é, a priori, ética nem estética: pertence à esfera dos fatos reais, e não dos valores defendidos por este ou aquele observador.

O construcionismo e/ou relativismo na comunicação tem suas raízes nas Ciências Sociais, afirma Gauthier (2003). As Ciências Sociais acreditam que o realismo, base fundamental para discutir os critérios de verdade e objetividade, é desenvolvido a partir do subjetivismo individual. Quer dizer, o fundamento do mundo externo se dá no discurso [ou na *conversa*] em um sistema coerente e acumulativo acerca de um *mundo julgado verdadeiro* (BERGER & LUCKMANN, 2009, p. 202-203). Com isto, a conversa – ou o discurso – manteria a realidade como algo efetivo e real caso fosse descrita de maneira coerente.

Este tipo de raciocínio construcionistas ergue o pensamento sobre o fato no âmago do próprio *fato*. Ou seja, quando pensado e rememorado no interior deste subjetivismo (da mente humana), o fato tornar-se-ia verdadeiro, mesmo que não corresponda à realidade.

Contrariamente a tudo que foi defendido neste estudo em relação à verdade, a concepção construcionista não pode ser adequada ao modelo realista. Para os construcionistas, a verdade é um valor inerente à subjetividade individual, que quando expressa uma sentença ou idéia que é “honesta” ou “plausível em sua mente”, estaríamos garantindo a verdade. Como a idéia construcionista sempre parte de um indivíduo que vê o mundo, o subjetivismo seria seu “motor”. Mas o jornalismo não se fundamenta neste egótico modelo, critica Gauthier.

Para o pesquisador canadense, o realismo apresentado por Searle é uma das ferramentas conceituais mais adequadas ao jornalismo porque distingue fatos de valores, além de mostrar que o mundo ‘*lá fora*’ independe das vontades, desejos e inclinações dos jornalistas. Se assim o mundo é percebido, e o trabalho dos profissionais do jornalismo está para o mundo, e não para a mente subjetiva, então a escola realista é a mais adequada.

2.1.1 Crítica ao construcionismo no Brasil

Poder-se-ia pensar que esta crítica ao construcionismo é algo isolado, relativo à escola canadense de jornalismo, mas ela se destaca além daquelas fronteiras. No Brasil, o professor Josenildo Guerra, da Universidade Federal do Sergipe, também entra na discussão *jornalismo contra construcionismo* (e relativismo ou subjetivismo), posicionando-se a favor do realismo filosófico [apresentado em linhas gerais, tal qual Gauthier].

Por uma breve conclusão dedutiva, o leitor pode acreditar que a área está permeada de pensadores e teorias que negam a realidade. Mas isto não parece ser o caso no jornalismo. Guerra explica que as questões epistemológicas acabam se fundando nos imperativos éticos profissionais, deixando de lado os questionamentos da ordem epistêmica (2008, p. 34), e por isto esta discussão não estaria bem definida. O que o professor demonstra é que se está criando uma confusão terminológica em relação aos conceitos realísticos. Não se está afirmando que os profissionais e teóricos aceitam que não exista uma realidade *'lá fora'*. Guerra acrescenta que há uma confusão conceitual a ser destacada e solucionada por teóricos do jornalismo.

Ele afirma que as correntes construcionistas acabam acreditando que *"o jornalismo constrói os fatos ao noticiá-los, sem que a sociedade se dê conta de tal processo"*. Isto passa a fazer mais sentido justamente pela falta de discussão sobre este problema (2008, p. 36). Ou seja, estas vertentes não realistas fazem mais sentido porque são mais discutidas, não por tornarem mais claros os problemas teóricos do jornalismo.

Guerra entende que *"embora a objetividade seja negada [por aquela corrente de pensamento], o princípio da faticidade que estaria no fundamento do jornalismo permaneceria resguardado"* (2008, p. 60). Mesmo negando a realidade, o construcionismo não conseguiria sanar a dificuldade de explicar esta relação *mente-mundo* (ou Linguagem-Fatos). Assim, o professor brasileiro define qual é o princípio do jornalismo e sua relação com a realidade:

O entendimento do jornalismo como prática social de mediação toma, portanto, o fato real como objeto. A notícia será verdadeira se fiel a ele. Nesse sentido, então, verdade é objetividade, a correspondência entre o que é dito na notícia e o fato noticiado. Isso implica que o jornalista deve produzir seu relato a partir das características do fato, constatadas com base nos parâmetros estabelecidos pela realidade que lhe é própria. Os repórteres, portanto, esperam o acontecer dos fatos [...], procurando capturá-los e torná-los de conhecimento público, isto é, reportá-los (GUERRA, 2008, p. 39).

Todos os seres humanos possuem graus de subjetivismo inerente ao pensamento e interpretação sobre os fatos. Um jornalista numa *cobertura* qualquer não seria diferente, evidentemente. Mas as

correntes construcionistas, subjetivistas e relativistas acabam aceitando isto [o subjetivismo inerente] como prova irrefutável da inexistência de uma realidade independente, já que ela [a realidade] precisa sempre de um sujeito para ser descrita.

O construcionismo e o subjetivismo situam a neutralidade e a imparcialidade num lugar diferente do realismo. No realismo, esses dois princípios são ou deixam de ser respeitados a depender da relação estabelecida pelo repórter com as fontes. É uma exigência que pode ser de natureza epistemológica, quando se deve evitar envolvimento de ordem emocional, mas fundamentalmente se constitui num imperativo de natureza ética (GUERRA, 2008, p. 97).

Isto não impede que o trabalho do jornalista seja mal feito ou contenha falhas. É comum verificar falhas e deturpações dos fatos, mesmo havendo câmeras e gravadores (GUERRA, 2008, p. 52). Mas isto por si só, não implica que o fato seja inexistente ou que o jornalista fez uma *re-construção* ao mesmo. Ele apenas errou – propositalmente ou não. Quer dizer, “*no construcionismo, não há lugar para essa dicotomia no conceito de fato*” (*Idem*, p. 74). O fato é real e é construído pelo sujeito. Em outras palavras, no discurso construcionista:

O fato objeto da cobertura jornalística já representa uma realidade humanizada pelo processo de objetivação. Logo, não é a notícia, o relato jornalístico, que investe subjetivamente uma ocorrência de sentido, mas o fato mesmo tem uma subjetividade que lhe é constitutiva. A notícia permanece apenas como um discurso, porém, ao invés de dar conta de uma realidade em-si, reinveste de sentido uma realidade construída socialmente (*Idem*, p. 56)

No que diz respeito ao jornalismo e à realidade, vale ressaltar neste ponto a pesquisa de Liriam Sponholz²⁷. Esta pesquisadora apresenta duas menções de realidades que “convivem” em equidade no mesmo espaço, embora se valorem de diferentes formas: a realidade

²⁷ Liriam Sponholz é jornalista brasileira, doutora em Comunicação pela Universidade de Leipzig e professora do Departamento de Análises Comparadas de Sistemas Midiáticos e Culturais de Comunicação da universidade de Erfurt, Alemanha (SPONHOLZ, 2009)

primária e a realidade midiática (2009, p. 39). Porém, “*é possível conhecer a realidade?*”, pergunta Sponholz.

Segundo a perspectiva construtivista, o que as pessoas conhecem é apenas a sua percepção sobre uma suposta realidade. Como não é possível conhecer a realidade, não há sentido falar sobre objetividade (SPONHOLZ, 2009, p. 39).

Convém destacar aqui que a verdade partiria da definição de consenso, onde uma coisa é dada como verdadeira porque a maioria das pessoas acredita ser verdadeira. Ou seja, com a definição de realidade dada pelos construcionistas do jornalismo, a noção de verdade apresentada no início deste trabalho²⁸ (1.2.3) não é possível. Em outras palavras, não se pode vincular conhecimento universal como “crença verdadeira e justificada” com esta abordagem relativista. Não há, também, como dizer que uma coisa é verdadeira independentemente dos sujeitos observadores dos fatos.

O valor de verdade expresso aqui visa aos fatos nos quais as pessoas acreditam. Porém, como frisado desde o início deste trabalho, a verdade do fato não depende do subjetivismo, e muito menos das interpretações, para ser compreendida como tal. Quer dizer, como já dito: “*embora a objetividade seja negada, o princípio da faticidade que estaria no fundamento do jornalismo permaneceria resguardado*” (GUERRA, 2008, p. 60). Este princípio do realismo (enquanto negador do subjetivismo, relativismo e construcionismo), basear-se-á justamente na idéia de verdade como correspondência – verdade essa que pressupõe a afirmação da objetividade como possibilidade de estabelecer o valor de verdade de uma sentença. E, por definição, a verdade que o jornalismo busca é a do realismo externo, universal por ser a mesma sempre, independentemente do olhar subjetivo de qualquer observador.

2.2 RETOMADA JORNALÍSTICA DA FILOSOFIA DE SEARLE

O mundo é real, objetivo e pode ser descrito através de sentenças verdadeiras, se e somente se tais sentenças corresponderem à realidade objetiva. Reforçando esta máxima, o jornalismo se funda na difusão de informações verdadeiras sobre este mundo (BERNIER, 2004 A, p. 125). Além disso, o realismo filosófico mostra que a qualidade do

²⁸ Verdade como correspondência.

valor de verdade presente em uma sentença nos permite inferir acerca do grau de objetividade do emissor dessa mesma sentença. Verdade e objetividade, porém, são conceitos distintos (MARTIN, 2004; GAUTHIER, 2004)

Já foi mencionado que a “*verdade é uma questão de precisão na representação*” (1.2), nada além. A questão é saber o que significa esta precisão a que a teoria da verdade como correspondência se refere e se a linguagem consegue, suficientemente, corresponder ao mundo.

De acordo com Gauthier, o jornalismo não pode fugir da máxima realista “*Existe um mundo independente do jornalismo*” (GAUTHIER, 2004, p. 168). Ao colocar a filosofia como marco teórico para o jornalismo no que diz respeito à produção de conhecimento, a pesquisa empreendida por Gauthier coloca no mesmo nível a produção de conhecimento seja no jornalismo ou nas ciências naturais. Pode-se dizer, portanto, que a verdade é o movente da área, enquanto que a objetividade é o método epistemológico para compreender quando podemos dizer se um dado enunciado é verdadeiro ou falso independentemente do subjetivismo e dos desejos ideológicos dos profissionais (WARD, 2006; GAUTHIER, 2004).

É preciso identificar, portanto, aqueles mesmos conceitos filosóficos descritos no início desta dissertação de acordo com a perspectiva de Gauthier, no campo das teorias do jornalismo. Passemos, portanto, à articulação dos conceitos.

2.2.1. Realismo

Resumindo: Gauthier afirma que a posição de Searle é a mais adequada ao jornalismo. O mundo ‘*lá fora*’ existe, é independente, e pode ser interpretado – mas nunca refletido como a própria realidade, de acordo com o que algumas teorias realistas, ditas ingênuas, afirmam (WARD, 2006; GUERRA, 2008). Ao jornalista caberia o trabalho de colocar os relatos sobre este mundo; os fatos e evidências de fatos no jargão próprio à área; e assim produzir a matéria tipicamente jornalística. Por definição, este discurso descritivo da atividade do jornalista prevê os métodos obtidos por uma visão realista, a partir de uma linguagem *extensional* (1.1.2).

Fundamentado no realismo, o jornalismo é um área de atuação capaz de produzir conhecimento sobre sua especificidade, ou seja, o fato imediato, inédito e atual (TRAQUINA, 2005; SOUSA, 2002). Como vimos, o jornalismo produzirá conhecimento de um fato se e somente se respeitar os princípios da obtenção da verdade dentro dos processos de

objetividade epistemológica. Caso contrário, estará produzindo um discurso subjetivo ou cometendo um erro – isto porque não se pode conhecer o falso.

O realismo é, por assim dizer, a *'mola propulsora'* do jornalismo. Sem uma aceitação prévia de que a realidade é externa à mente do jornalista, qualquer coisa pode ser dita acerca do mundo. Uma das formas de identificar o real é pelo uso das ferramentas conceituais de “objetividade” e de “verdade”.

É necessário, então, redefinir estes dois conceitos filosóficos imprescindíveis. Este foi o trabalho de Gauthier em sua pesquisa. Mas, como se verá adiante, suas definições conceituais sobre objetividade e verdade não foram tão profundas quanto sua crítica ao construcionismo.

2.2.2. Objetividade

A objetividade não se mostra muito bem definida pelo professor da Universidade de Laval. Sua maior preocupação não é com problemas conceituais, como, por exemplo, defender o realismo externo no jornalismo.

Como esta corrente de pensamento não é uma mera teoria (1.1), Gauthier procura defini-la no contexto da comunicação, e, portanto, por extensão, no jornalismo. A definição da objetividade e da verdade devem ser os focos de discussão na defesa do realismo filosófico e na negação de teorias construcionistas, relativistas e subjetivistas no jornalismo.

Assim compreendida a questão, a objetividade e a verdade tornam-se princípios epistemológicos. Gauthier irá contra a posição de alguns teóricos do jornalismo que colocam estes problemas como princípios profissionais relativos à ética, tal como se pode ver nos trabalhos de Daniel Cornu (1994; 1998), Stephen Ward (2006), Michael Schudson (1978) e Jeremy Iggers (1999).

A preocupação de definir o conceito de objetividade nos leva à definição do conceito de verdade, e, por conseguinte, ao da separação dos problemas epistemológicos dos que dizem respeito à ética no jornalismo. Separados um do outro, o código ético profissional poderia descrever quando há possibilidade de verdade e objetividade, mas estes valores não se dão na ética. A teoria do conhecimento [epistemologia] é que definirá com o devido rigor a compreensão destes conceitos de cunho filosófico.

Sua crítica ao construcionismo, portanto, aborda também a falta de precisão na definição de alguns conceitos. Como aquela corrente de

pensamento não define nem o que vem a ser a realidade, os conceitos subsequentes a esse primeiro não seriam também definidos, por consequência. Assim, a definição epistemológica do conceito de objetividade, com base nos estudos de Searle, deve ser reconfigurada no contexto do escopo teórico do jornalismo. Além disso, as posições teóricas que colocam a objetividade como problema ético, devem ser repensadas e questionadas. O que se pode dizer é que embora seja um problema epistemológico, a objetividade pode fazer parte de definições éticas, mas é preciso partir do princípio de que a objetividade é um conceito epistêmico, não pertencendo portanto, pelo menos a priori, ao campo da ética.

2.2.3. Verdade

O conceito de verdade, assim como o de objetividade, é indicado sucintamente por Gauthier. Para ele, não há muito a ser tratado para além daquela definição dada pela filosofia de Searle. O realismo filosófico já daria conta de definir, intuitivamente, o que significa este conceito. O professor da Universidade de Laval apresenta uma breve definição, deixando claro que seu posicionamento é semelhante àquele do de Searle. Ou seja, a formulação mais precisa para o jornalismo é a definição de verdade como correspondência, pois é aquela que se adequa às ciências e à filosofia (GAUTHIER, 2004).

Sua busca, portanto, não se volta para a definição do conceito de verdade ou de objetividade. Trata-se antes de uma contestação aos que negam o realismo filosófico no jornalismo, dando explicações *mirabolantes* sobre o conceito de objetividade, confundindo-o com o de verdade. Ademais, ao se defender o realismo filosófico no jornalismo, pressupõem-se muitas outras categorias necessárias, assim como também, por extensão, se está negando o construcionismo. Por este caminho, o jornalismo é percebido como estando no mesmo nível de profundidade epistemológica do conhecimento informacional²⁹ ou do conhecimento empírico e teórico produzido pelas ciências e pela filosofia.

O fato é que verdade e objetividade são conceitos distintos, embora sejam interdependentes, apesar da identidade entre os dois conceitos ser mantida pelos construcionistas da comunicação e questionada por Gauthier. Ademais, o realismo filosófico nos faz

²⁹ A explicação sobre o tipo de conhecimento será apresentada mais adiante nos itens 2.4., 3. e 3.1.

compreender o mundo de acordo com uma linguagem *extencional* (1.1.2.) sobre objetos independentes. Se esta linguagem consegue receber valor de verdade, ela é objetiva. A verdade torna-se, por assim dizer, um pressuposto necessário para definir a objetividade. E este último conceito seria o pressuposto para identificar a possibilidade de conhecimento, seja nas ciências positivas, na filosofia ou no jornalismo.

2.3 REALISMO FILOSÓFICO E JORNALISMO

Como foi exposto até aqui, o jornalismo se fundamenta em relatos verdadeiros sobre um mundo objetivo (2.2.). Um fato é dito objetivo se, ao descrevê-lo, sua explicação independe dos juízos de valor dos sujeitos (quer dizer, se o fato pode receber valor de verdadeiro ou falso independentemente dos sujeitos) – e é subjetivo, em contrapartida, se depende dos sujeitos observadores (1.3). Um fato só pode ser considerado verdadeiro, no entanto, se o relato corresponder ao próprio fato (1.2). Estes são os pressupostos fundamentais para afirmar a objetividade e a verdade, seja no jornalismo, nas ciências ou na vida cotidiana. Não se pode afirmar que o livro *The Lord of the Rings* seja um relato verdadeiro porque ele não pode corresponder aos fatos – não há uma realidade independente que possa assegurar sua veracidade ou falsidade. Assim sendo, *O Senhor dos Anéis* é um relato ficcional, não cabendo, portanto, julgamentos de valor associados à sua verdade ou inverdade.

De acordo com esta perspectiva, o jornalismo trabalha com relatos verdadeiros, e, portanto, a verdade é um problema epistemológico que não pode ser diretamente relacionado aos imperativos éticos da profissão. As questões sobre problemas epistemológicos do jornalismo são, no entanto, frequentemente associadas aos problemas éticos da área. Esta relação simbiótica entre epistemologia e ética precisa ser desfeita para que se compreenda, com clareza, a possibilidade de conhecimento verdadeiro no jornalismo (GAUTHIER, 2003).

O estudo feito por Gauthier indica que os teóricos do jornalismo e profissionais da área relutam em aceitar a teoria do realismo filosófico. Quer dizer, embora aceitem a submissão à realidade *‘lá fora’* no que concerne ao cotidiano profissional, ao lidarem com as teorias, as idéias *“mirabolantes”* passam a fazer mais “sentido” e, assim sendo, as questões epistemológicas se confundem com a ética, com a sociologia ou com a mitologia.

Ora, o jornalismo se adequa à seguinte máxima do conhecimento: “*conhecer é ter representações verdadeiras da realidade, para as quais podemos fornecer justificações*” (TAMBOSI, 2005, p. 32). Sendo assim, o jornalismo produz conhecimento, tal como as ciências e a filosofia, embora possua especificidades a serem respeitadas.

As regras específicas do jornalismo na perspectiva de produtor de conhecimento recaem sobre o fato de que uma reportagem, notícia, nota ou qualquer outro material jornalístico para não ser alvo da desconfiança do público precisa ser verdadeira e evitar ao máximo conter erros (KOVACH & ROSENSTIEL, 2004, p. 136-138). Mas que erros podem ser esses, caso o posicionamento teórico se der por meio de elementos de natureza subjetiva? Segundo Gauthier, partindo-se de uma perspectiva construcionista, relativista ou subjetivista, não há como saber, e por isso mesmo o imperativo ético seria o mais adequado na explicação do problema. Por isto, o professor da Universidade de Laval se firma no realismo filosófico para dizer que o jornalismo se faz na correspondência com realidade ‘*lá fora*’, a qual independe dos gostos, posicionamentos ideológicos e físicos ao captar e relatar um fato, contrariando as visões construcionistas.

Desta forma, o realismo filosófico é a melhor teoria para explicação dos problemas relativos ao conhecimento no jornalismo, segundo Gauthier. Para o pesquisador canadense, estas explicações já estão muito bem definidas pela filosofia. Assim sendo, o jornalismo necessita apenas identificar suas problemáticas próprias e reconsiderá-las de acordo com seus propósitos e de acordo com o que a filosofia já previamente conceituou.

2.4. O JORNALISMO COMO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

Até aqui tentei destacar o fato de o jornalismo, segundo a visão realista adotada por Gauthier, produzir conhecimento por estar fundamentado na base epistemológica do realismo, a qual se estabelece por meio do conceito de ‘verdade’. Mas, o posicionamento conceitual de Gauthier não torna esta ligação imediata. Só a partir dos trabalhos de Orlando Tambosi (2005; 2007) e Liriam Sponholz (2009) que é posto em relevo a relação entre objetividade e verdade, de acordo com a teoria proposta pelo professor canadense.

Vimos até agora que a filosofia e as ciências positivas se valem da estrutura conceitual do realismo para afirmar em que circunstâncias podemos conhecer os objetos reais. No jornalismo, torna-se imperativo

produzir sentenças verdadeiras acerca do mundo através de notícias e reportagens. Se a produção jornalística for assim perspectivada, haverá ligação com o conhecimento tal como as ciências positivas e a filosofia produzem, pois estará fundamentado nos princípios epistemológicos daquelas áreas, sendo o princípio da verdade como correspondência, o melhor exemplo.

As teorias construcionistas identificadas por Gauthier mostram que a verdade é um valor *'flutuante'*. E se isto for levado a sério e radicalmente no jornalismo o sentido do termo *'é verdadeiro'* seria nulo em qualquer relato jornalístico. A verdade é um valor conceitual que serve para *"medir"* quando e quanto conhecemos os fatos ocorridos a partir de determinadas sentenças.

A objetividade, em contrapartida, mostrou-se um conceito inacabado em relação às especificidades do jornalismo por parte das definições do professor da Universidade de Laval. Como se verá, porém, este problema tem relação estreita com o jornalismo (PARTE III). Isto é, a objetividade definirá (3.2.) quando uma sentença, ou no caso jornalístico, quando uma notícia, reportagem ou qualquer outro produto tipicamente jornalístico, pode ser verdadeira; quais são as críticas mais frequentes da área sobre a objetividade; e qual a possibilidade de conhecer o mundo real. O que se pode afirmar até o momento é que o jornalismo também produz verdade. Mas existe uma sucinta distinção a ser feita no tocante ao *"a priori informacional"*. Isto porque informação e conhecimento não podem ser entendidos como sendo a mesma coisa.

3. REALISMO, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

Gauthier, por um lado, mostra que o relativismo e o construcionismo na comunicação não dão suporte teórico suficiente para afirmar a produção de conhecimento no jornalismo. Além do mais, o professor canadense enfatiza a relação intrínseca da realidade exterior com o trabalho profissional. Quer dizer, o trabalho jornalístico será também produtor de conhecimento.

O *a priori* jornalístico é a informação (GAUTHIER, 2004), mas informar nem sempre pode ser considerado conhecimento (TAMBOSI, 2005). A ideia fulcral é a de que o jornalismo produz informação que é conhecimento *se e somente se* respeitar o princípio do realismo – ou seja, produzir sentenças de acordo com uma crença verdadeira e justificada dentro de um discurso epistemologicamente objetivo, seja de entidades ontologicamente objetivas ou subjetivas. Caso as informações não respeitem esta máxima, a informação jornalística não será conhecimento.

Já foi definido, de antemão, que *“informação e conhecimento são conceitos distintos”* (TAMBOSI, 2005, p. 32). Conhecer é ter representações verdadeiras da realidade: crença verdadeira e justificada (SEARLE, 1995, p. 169). Mas isto se e somente se o realismo filosófico for seu pressuposto necessário. Quer dizer, se não se aceitar o mundo externo como independente, real e objetivo, o conhecimento não terá a mesma eficácia e assim o jornalismo como produtor de conhecimento também perderá o seu valor epistemológico.

Conhecimento pode ser informação; mas informação nem sempre pode ser considerada conhecimento (TAMBOSI, 2005). Podemos constatar isso por meio dos seguintes exemplos:

Exemplo 1: *“Uma jovem bacharel em direito brasileira de 26 anos foi espancada e teve boa parte do corpo retalhado por estilete na Suíça por três homens brancos e carecas que pareciam Skinheads, na noite de segunda-feira (9)”*³⁰.

³⁰ Texto publicado na Folha On-Line no dia 12/02/2009 por Daniel Bergamasco. Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u502745.shtml>. Acessado dia 20 de janeiro de 2011.

Exemplo 2: “*Dilma é eleita a primeira presidente mulher do Brasil*”³¹.

Ambos os exemplos contêm informação, mas apenas um deles pode ser entendido também como conhecimento. Nestes casos específicos, são apresentando fatos, ou possíveis fatos, que são objetivos por não conter juízos de valor e conseguirem aferir valor de verdadeiro ou falso, independentemente de qualquer sujeito.

O ‘exemplo 1’relata um fato ocorrido na Suíça, no qual uma mulher foi atacada por supostos *skinheads*. Esta sentença pode ser dita informativa, assim como objetiva. Porém, ela quebra o princípio fundamental do conhecimento: ser uma sentença verdadeira como correspondência com a realidade. Isto porque, de acordo com as investigações da polícia suíça, foi descoberto, a posteriori, que a jovem não foi atacada e sim que havia se automutilado com o próprio estilete que carregava. Desta forma o que se tem é uma informação que não é conhecimento – porque não há conhecimento falso; todo conhecimento é verdadeiro ou não é conhecimento.

Diferentemente, o ‘exemplo 2’ consegue ser conhecimento, além de ser, também, informação. Desta forma, ao falar “*Dilma é eleita a primeira presidente mulher do Brasil*” é perfeitamente possível fazer com que esta sentença corresponda ao ocorrido no mundo real. Independente dos juízos de valores dos indivíduos, das posições ideológicas ou qualquer outro valor subjetivo, a sentença receberá valor de verdade e, conseqüentemente, será conhecimento. Isto porque é inegável que o fato “*Dilma é a primeira presidente mulher do Brasil*” existe, assim como é inegável que “*Dilma foi eleita como presidente do Brasil*” (de acordo com a intencionalidade apresentada na notícia – não aquela apresentada na *cabeça* deste ou daquele indivíduo).

Sabemos que nem toda informação é conhecimento, mas o conhecimento pode ser informação. Este princípio suscita a idéia do realismo filosófico apresentado por Searle, assim como a releitura da filosofia no jornalismo feita por Gauthier.

O que se segue, portanto, é que o jornalismo se fundamenta em seu *a priori informacional*. Caso esta informação seja falsa, não será conhecimento; caso seja verdadeira, conhecimento será.

Nas sentenças que contêm juízos de valor, o princípio do conhecimento deverá ser interpretado como “*conheço o que aquele*

³¹ Texto publicado site Uol de notícias no dia 31/10/2010 por Carlos Bencke e Mauricio Savarese. Fonte: <http://eleicoes.uol.com.br/2010/ultimas-noticias/2010/10/31/dilma-e-eleita-primeira-presidente-mulher.jhtm>. Acessado dia 20 de janeiro de 2011.

jornalista informou”, diferentemente da proposta apresentada até agora. Quer dizer, ao noticiar e enunciar juízos de valores, o conhecimento produzido não será em relação ao fato em si, mas em relação àquilo que o sujeito pensa – quer dizer, conhece-se um objeto epistemologicamente subjetivo.

Exemplo 3: “*Uma verdadeira multidão de fiéis se aglomerou, nesta quarta-feira, em frente ao Floripa Shopping, em Florianópolis, para tentar chegar perto do padre Marcelo Rossi*”.³²

Neste exemplo, o problema surge na medida em que a percepção do jornalista é evidenciada na *cabeça* da matéria. Segundo a teoria de Gauthier e Searle, esta sentença depende de quem a interpreta. Quer dizer, “*uma verdadeira multidão de fiéis*” pode ser a percepção daquele jornalista específico, mas pode não ser para outra pessoa supostamente mais fiel aos fatos que ele. Ou – é possível supor - o número de pessoas não corresponda a expressão “*uma verdadeira multidão*” para outros.

Diferentemente do ‘exemplo 2’, onde Dilma é a primeira presidente mulher do Brasil, não importando o ângulo ou percepção subjetiva do interlocutor, o ‘exemplo 3’ não consegue dar um significado exato e preciso à sentença de forma a retirar as imprecisões subjetivas, como apresentado nos exemplos ‘1’ e ‘2’.

Resumindo, todos os exemplos citados se enquadram nas práticas jornalísticas. Mas o a priori informacional nem sempre cabe na definição de conhecimento.

3.1. TRÊS TIPOS DE CONHECIMENTO

Segundo a filosofia, existem pelo menos três tipos de conhecimento: direto, por aptidão (ou habilidade) e proposicional (TAMBOSI, 2005, p. 32 – 33).

O conhecimento direto é um dado apreendido, experimentado pelo sujeito que vê o mundo. Em outras palavras, trata-se do conhecimento acerca dos objetos ontologicamente existentes vistos no início deste trabalho (1.3.1.)³³. Neste caso, é passível de entendimento

³² Texto publicado no Diário Catarinense On-Line no dia 01/06/2011 por Alessandra Toniazzo. Fonte:

http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/default.jsp?uf=2&local=18§ion=Geral&n_ewsID=a3333390.xml. Acessado dia 01 de junho de 2011.

³³ É bom frisar que os objetos ontologicamente são aqueles captados pelos sentidos e que não participaram de uma linguagem para serem descritos. Assim, o que se pretende dizer sobre este

aquilo que aparece para o indivíduo. O conhecimento direto, então, é aquele que se apreende no contato com o mundo – tais como o conhecimento que tenho das cidades, das árvores, dos computadores. Ainda não se está falando de um conhecimento epistemológico – que necessita do discurso para ser compreendido enquanto tal (TAMBOSI, 2005, p. 32).

O segundo tipo de conhecimento [por aptidão] pode ser definido como sendo a competência e a habilidade em se fazer algo. Esse gênero de conhecimento não é unicamente humano; os animais de outras espécies também possuem o que podemos nomear de “*rudimento de saber*”, já que se trata do conhecimento das coisas que os indivíduos sabem fazer instintivamente, como, por exemplo, correr, andar, pular, chutar um objeto.

Trata-se, além disso, do conhecimento que se efetiva no mundo da experiência e não no discurso. A inferência que se faz aqui é, ainda, sobre o reconhecimento ontológico do mundo, ou, em outras palavras, do mundo independente dos olhares subjetivos sobre ele, pois não estou me referindo, neste caso, aos discursos produzidos que são o foco principal deste estudo, dado o fato de que o jornalismo é discurso a respeito de acontecimentos reais.

A última forma de conhecimento destacada por Tambosi refere-se ao conhecimento proposicional (2005, p. 33) – aquele mesmo expresso neste trabalho através dos conceitos de epistemologicamente objetivo (1.3.1.) ou subjetivo (1.3.2.). Mais especificamente, o professor explica que este tipo de conhecimento se aplica a declarações ou proposições verdadeiras. “*Este é o conhecimento humano por excelência*” (*Idem*, 2005, p. 33), justamente por ser universal.

Este tipo de conhecimento é desenvolvido por seres capazes de linguagem e reflexão, grau de reconhecimento necessário à identificação da realidade externa com o discurso, tendo, por conseguinte, a efetivação do conhecimento. Uma das questões a se destacar neste ponto é que o conhecimento proposicional não implica necessariamente nos outros dois tipos citados e vice-versa (*Idem*, p. 33).

O jornalismo está vinculado ao terceiro tipo de conhecimento, embora a atividade profissional exija, também, os dois outros tipos. Por exemplo, se um repórter está fazendo a cobertura das eleições presidenciais, os fatos serão captados por este profissional através dos seus órgãos dos sentidos [conhecimento direto] – identificado através

caso é que se está explicando sobre os objetos que ainda não são nem senso comum, não passíveis de valor de verdade. Aqui, eles apenas podem receber valor de ‘existe’ e ‘não-existe’.

dos objetos ontologicamente objetivos e subjetivos; isso feito, ele precisará informar o público, o que será feito através de proposições (oral para trabalhos áudio-visual ou redação para os trabalhos escritos impressos ou eletrônicos). O relato será, portanto, repassado por meio do cânone jornalístico, ou seja, valendo-se dos meios e critérios específicos da área. Depois, este relato informativo sobre o mundo será conhecimento se e somente se corresponder ao mundo, caso contrário ele não será verdadeiro, embora possa ser informação.

Assim sendo, postulamos ser possível haver conhecimento no material jornalístico. Mas para tal, é necessário que ele esteja de acordo com os princípios epistemológicos do realismo filosófico, de acordo com aqueles pressupostos abordados na Parte I desta dissertação que tentaram definir os princípios da epistemologia e da possibilidade de conhecimento nas ciências, na filosofia e, por extensão, no jornalismo. Bem definidas, estas ferramentas conceituais dão conta de explicar a submissão do trabalho jornalístico à realidade que lhe cabe retratar.

3.2. CONHECIMENTO CIENTÍFICO A PARTIR DO JORNALISMO

Se buscamos colocar o jornalismo no mesmo patamar epistemológico das ciências naturais, exatas e da filosofia, então, poder-se-ia concluir que o conhecimento produzido pelo jornalismo terá a mesma validade do conhecimento científico produzido por essas áreas.

No tocante ao conhecimento produzido pelo jornalismo, é possível afirmar que ele se coloca numa forma específica de sua atividade, não podendo ser classificado como ciência apenas por ser produtor de conhecimento. Ou seja, não se está afirmando que o jornalismo é uma ciência apenas por ser produtor de conhecimento. O proposto é algo bem mais modesto e trata-se apenas da possibilidade de se chegar ao conhecimento por meio das informações produzidas pela área. Como explica Tambosi:

O jornalismo torna públicas, isto é, *dá a conhecer*, informações que de outra forma permaneceriam opacas. É o leitor ou telespectador que, de fato, adquire conhecimento ao receber e processar informações corretas, através das quais pode formar representações verdadeiras da realidade, ou seja, ter crenças verdadeiras e justificadas (TAMBOSI, 2005, p. 36).

Quer dizer, o jornalismo não consegue, por si só, ser um produtor de conhecimento tal como a ciência, pois sua atividade não é, *aprioristicamente*, produção de conhecimento. Como apresentado anteriormente, o jornalismo pode se valer de informações falsas ou de informações de caráter subjetivo, como é o caso das opiniões de colunistas especialistas em determinados assuntos. O que é de sua especificidade, portanto, é o caráter informativo e não necessariamente a produção de conhecimento.

Para a área ser uma produtora de conhecimento, ela precisará estar de acordo com todos estes pressupostos da filosofia realista apresentados. Assim, ao produzir um enunciado verdadeiro [como correspondência] e de acordo com a objetividade epistemológica, será possível afirmar que a sentença informativa do jornalismo produz conhecimento.

Mas como o *a priori informacional* se fundamenta nas sentenças verdadeiras, o jornalismo tem por finalidade, em última análise, o conhecimento.

PARTE III

“A sociedade que aceita qualquer jornalismo não merece jornalismo melhor”.

Alberto Dines, escritor e jornalista brasileiro.

4. VERDADE E OBJETIVIDADE EM STÉPHANIE MARTIN

Stéphanie Martin, outra pesquisadora da Universidade de Laval, apresentou o tema “*A Objetividade Jornalística Existe!*” (2003)³⁴ como dissertação para obtenção do título de mestre. Apesar de se referir e questionar a compreensão dos profissionais do jornalismo em relação ao conceito de objetividade, seu trabalho traça uma linha concisa entre a definição teórica deste conceito e do problema da verdade no jornalismo.

A pesquisadora canadense vai usar das ferramentas conceituais de Searle [apresentadas anteriormente neste trabalho] para fundamentar a pesquisa que desenvolveu sob a orientação de Gilles Gauthier. Sua atenção neste estudo foi para com a demonstração de que a objetividade é mensurável. Em outras palavras, a proposta de Martin é a possibilidade de quantificação de objetividade jornalística nos diferentes meios de comunicação analisados por ela, abrindo assim um novo veio teórico a respeito da análise da objetividade no jornalismo.

A conclusão de Martin é de que meios diferentes produzem graus de objetividade também diferentes. Para fazer seu estudo de caso, a pesquisadora usou como exemplos uma rede de televisão (TVA); e um jornal impresso (*Le Soleil*), da mesma corporação da região francófona do Quebec, no Canadá (MARTIN, 2003).

Sua preocupação inicial é para com os críticos da objetividade no jornalismo que, como apresentado (2.1.), creem não haver objetividade na área, e, conseqüentemente, redefinem de forma inadequada os conceitos de verdade e objetividade. Para apresentar a questão de maneira clara, Martin criou uma lista de possíveis “ataques à objetividade jornalística”.

Os ataques de ordem ideológica e de ordem profissional feitos por teóricos subjetivistas da comunicação são apresentados num panorama que define a objetividade como algo irrefutável dentro do jornalismo – embora sua definição esteja mais vinculada a um

³⁴ Tradução livre de: L’Objectivité Journalistique Existe!

procedimento metodológico (MARTIN, 2003, p. 11 – 40). Assim, é possível estabelecer uma forma de atingir a verdade, conhecendo os limites sensoriais dos profissionais do jornalismo que estão na *cobertura* de um fato.

Como sua preocupação, no entanto, é para com a mensurabilidade da objetividade jornalística, Martin tenta mostrar que *objetividade* e *verdade* são conceitos distintos, embora os profissionais acreditem no contrário, e por isto ela os define separadamente. Para a pesquisadora canadense, muitos dos manuais éticos confundem estes dois conceitos (MARTIN, 2003; 2004). Faremos então um resumo deste trabalho contra os críticos da objetividade, buscando definir melhor o conceito de verdade dentro do jornalismo.

Searle e Gauthier não se aprofundaram nesta questão, mas Martin vai definir a verdade como um processo cognitivo para a obtenção do conhecimento e da objetividade. Para tanto, Martin irá quantificar a objetividade dos enunciados.

Verdade e objetividade, afirma ela, não são equivalentes, embora participem de uma definição realística do acesso ao conhecimento.

4.1. DISTINÇÃO DOS CONCEITOS

Recapitulando, a verdade é uma questão de precisão (1.2.) e a objetividade é a qualidade de verdadeiro e falso de uma dada sentença (1.3.).

Serão apresentados a seguir os argumentos de Martin a respeito do assunto, assim como sua definição para ambos os conceitos.

A primeira afirmação de Martin é de que a objetividade é contrária à subjetividade (2003, p. 3), embora alguns críticos do jornalismo neguem esta óbvia constatação. Assim sendo, Martin questiona:

Qual o grau de objetividade da informação de produtos jornalísticos? Aqui se está tentando identificar a parcela de objetividade e, portanto, a subjetividade nos artigos de jornais e reportagens apresentadas na televisão, mas também para estabelecer certo paralelo entre os dois (MARTIN, 2003, p. 4)³⁵.

³⁵ Tradução livre de: La question de recherche est la suivante: Quel est le degré d'objectivité des produits journalistiques d'information? Il s'agit d'essayer de dégager la part d'objectivité et,

Seu objeto é definir quando se pode dizer que uma dada informação é objetiva e quando não é. Por este motivo, a objetividade jornalística, baseada na definição filosófica, não é nada além de uma definição metodológica e profissional para obter a verdade (MARTIN, 2003). Quer dizer, a verdade e a objetividade não podem ser confundidas, como muitos teóricos e profissionais do jornalismo costumam confundir (MARTIN, 2003; 2004).

A pesquisadora enfatiza que a área vem nivelando estes conceitos desde que se criou uma definição ética da profissão. A precisão conceitual, portanto, não seria um mero preciosismo da autora. A questão da distinção entre os conceitos de verdade e objetividade é fundamental. Sendo assim, Martin define o que se deve entender por objetividade, listando quatro tipos de enunciados possíveis aos quais se deve prestar a atenção para saber quando se pode afirmar que dada sentença seja ou não objetiva.

4.2. OS QUATRO ENUNCIADOS POSSÍVEIS

Para Martin, existem apenas quatro enunciados possíveis dentro da perspectiva do jornalismo a partir da perspectiva do realismo filosófico. Estes, por sua vez, seriam capazes de classificar todos os enunciados possíveis de conhecimento e objetividade. Eis os quatro tipos de enunciados possíveis dentro do escopo de atuação profissional do jornalismo:

- Enunciados epistemologicamente objetivos sobre entidades ontologicamente objetivas;
- Enunciados epistemologicamente subjetivos sobre entidades ontologicamente objetivas;
- Enunciados epistemologicamente objetivos sobre entidades ontologicamente subjetivas, e;
- Enunciados epistemologicamente subjetivos sobre entidades ontologicamente subjetivas (MARTIN, 2003, p. 7).

Martin busca deixar claro que todo enunciado deve, por definição, ter valor de 'epistemologicamente' objetivo ou subjetivo. Isto porque toda forma de descrever um fato ou objeto necessita de um sujeito, de uma mente que o percebe e de um indivíduo que exterioriza

esta percepção. Há sempre uma percepção do mundo a ser descrita, portanto, mas essa percepção necessita ser independente de interpretações subjetivistas (conforme a Parte I deste trabalho).

Mesmo havendo esta submissão imposta à percepção humana, é possível descrever o mundo de forma verdadeira e universal, independente das crenças e inclinações pessoais (3.). A *objetividade jornalística* que Martin insere no jornalismo, portanto, irá nos possibilitar a identificação de quando uma sentença (de um meio tipicamente jornalístico) pode ser verdadeira e quando não será.

Como exemplos de cada situação passível de mensurabilidade de objetividade listam-se as sentenças:

- (A) Isto é uma montanha;
- (B) O fundo do mar é lindo;
- (C) Jorge está com dor de barriga, e;
- (D) A dor que sinto é insuportável.

Dentro deste esquema conceitual, os teóricos do jornalismo poderiam mensurar a objetividade e identificar quando um enunciado é ou não é verdadeiro. Quer dizer, os valores epistemologicamente subjetivos não recebem valor de verdade ou falsidade, mas apenas os que forem de valor epistemologicamente objetivo.

A primeira sentença será verdadeira se e somente se ‘isto é uma montanha’ for referida efetivamente a uma montanha. Caso contrário, ela é falsa. Ou seja, quando se expressa a sentença (A), independentemente das interpretações sobre ela, o fato é que se está falando de um objeto que é uma montanha. Pode-se dizer que a frase é objetiva e existe conhecimento acerca do objeto montanha se e somente se a frase “*Isto é uma montanha*” estiver se referindo a uma ‘montanha real’ e não contiver juízos de valor, ou contenha conotações metafóricas. Como o exemplo mostra que esta sentença é uma descrição fracionada e limitada sobre a própria montanha, ela pode ser dita objetiva. Trata-se, portanto, de conhecimento.

Já a segunda sentença (B) refere-se a um valor que depende do sujeito que se encontra a admirar o fundo do mar. Não se pode dizer que outro sujeito, diferente daquele que enunciou (B) conhece que o fundo do mar é lindo. Afinal, isto depende unicamente do sujeito que enuncia esta sentença. Portanto, uma frase com estas características dentro dos enunciados jornalísticos não poderia receber valor objetivo. No caso, apenas se pode inferir a respeito da frase “o fundo do mar é lindo” é que ele seja lindo para o sujeito que proferiu a sentença – ou para àquele que corrobore do mesmo ponto de vista. Sabemos, entretanto, que esse não

seria o ponto de vista de todos. Mas a questão, neste caso, adentra em outro problema: Como se pode ter certeza que aquela frase é mesmo o que o sujeito pensa? Desta forma, percebe-se que enunciados subjetivos não podem receber valor de verdade e, conseqüentemente, não podem ser objetivos – e, por extensão – conhecimento no sentido proposicional.

No exemplo (C) pode-se dizer que o enunciado é objetivo, mas sobre uma entidade que depende unicamente do sujeito. A impossibilidade de saber o que o outro sente ou gosta, não dá garantias de uma verdade irrefutável, assim como visto no exemplo (A). Porém, como a objetividade é a característica de verdadeiro ou falso de uma sentença independentemente dos sujeitos que a enunciam ou a recebem, esta frase pode ser classificada como objetiva (1.3.2.). Apenas se afirma: “a sentença (C) é objetiva”.

No exemplo (D), é impossível “testar” a qualidade de verdadeiro ou falso. Primeiramente, trata-se de uma sentença subjetiva sobre um objeto também subjetivo. E em segundo lugar, é necessário que se aceite como verdadeira a frase antes de “provar” a correspondência com o mundo real. O que equivale a dizer que a sentença pode até não ser objetiva, mas pode ser verdadeira, embora somente para o indivíduo.

É assim que a objetividade deve ser entendida nos problemas do jornalismo de acordo com Martin. Embora muitos teóricos, pesquisadores e profissionais a neguem ou digam que a objetividade é um mito, Martin afirma que ela é possível e existe – tal como apresentado nos exemplos acima. O problema do jornalismo, até agora, foi a pouca apuração filosófica do tema, que é, por essência, filosófico (MARTIN, 2003).

Por este prisma, tem-se que o estudo de Ward, citado no início (Parte I), até tentou elucidar o conceito de objetividade. Mas a questão, segundo a concepção dos dois pesquisadores de Laval, é que a objetividade deve ser entendida como problema epistemológico, não como metodológico e ético, assim como sugeriram Ward (2006), Schudson (1978) e Lippmann (2009).

4.3. OS TIPOS DE ATAQUES CONTRA A OBJETIVIDADE

Como foi visto, a verdade de um enunciado depende da objetividade presente nesse enunciado. Por este motivo, quando negada a objetividade jornalística a verdade estaria implicitamente sendo negada também. A partir desta constatação, Martin traça um panorama geral sobre as possibilidades de ataques à objetividade – que serão,

também, uma espécie de negação da verdade, porque não haverá “*característica de verdadeiro ou falso na sentença*”.

Em realidade, estes ataques surgem a partir das correntes construcionistas citadas na Parte II deste estudo. Martin, em contrapartida, é mais específica nestas críticas e mostra como elas são feitas no âmbito do jornalismo a fim de questionar a possibilidade de haver discursos verdadeiros e objetivos elaborados por jornalistas.

O trabalho dos construcionistas, relativistas e subjetivistas apresentados anteriormente formula estes ataques de forma generalista, enquanto que, em Martin, as críticas são definidas a partir das especificidades jornalísticas, tal como as relações empresariais, profissionais e técnicas. O que Gauthier fez na sua pesquisa foi uma apresentação do problema em linhas gerais, mostrando a aplicabilidade da discussão filosófico-realista ao jornalismo. Já se aceita, de antemão, portanto, que estes posicionamentos teóricos influenciam a comunicação e o jornalismo, mas é preciso entender cada um de seus pormenores na área e como é possível compreender este problema em uma perspectiva mais ampla.

O objetivo é mostrar que os ataques contra a objetividade jornalística são, indireta e necessariamente, ataques desferidos indiretamente à verdade. Ou seja, o entendimento de verdade pressupõe que a objetividade seja compreendida. Sem objetividade, não há verdade independente e em correspondência com o mundo externo. A seguir veremos os ataques citados por Martin.

4.3.1. Ataques de ordem Ideológica

Estes ataques geralmente confundem os conceitos de “epistemologicamente objetivo” e “ontologicamente objetivo” – apresentados pela filosofia realística de Searle no início da dissertação e reafirmado nas Partes II e III. Até agora, para definir verdade e objetividade, o realismo filosófico em momento algum afirma que ao descrever algo seja necessário isentar-se de valores subjetivos. Alguns críticos do jornalismo, porém, acabam confundindo estes dois conceitos, e afirmam que a principal forma de negar o acesso ao conhecimento [acesso às sentenças verdadeiras] se dá, necessariamente, por um processo de distanciamento deste subjetivismo imprescindível à condição humana.

(1) O primeiro ataque de ordem ideológica afirma que, antes de qualquer coisa, o jornalista precisa estar “*de acordo com a política empresarial*” (BOURDIEU *apud* MARTIN, 2004, p. 145). Por este

motivo, sempre haverá interesses no material produzido pelo jornalista, interesses que participam da política empresarial, ideológica, da linha política e de valores que a empresa segue. (2) A segunda forma de ataque ideológico é ligada à primeira. Quer dizer, com os profissionais submersos nos interesses empresariais, as notícias são manipuladas para sustentar aqueles interesses. Sendo assim, qualquer nota, cobertura ou material jornalístico deverá sempre afirmar, seja pela manipulação de palavras ou perspectiva, o ponto de vista ideológico da empresa. (3) No terceiro ataque, afirma-se que a submissão a interesses refere-se aos interesses dos patrões. Os jornalistas sempre devem atingir as expectativas de seus chefes. Isto é, os chefes estão inseridos neste “mundo” de reprodução da ideologia, e seus empregados deveriam estar de acordo com sua forma de pensar dentro da empresa. (4) O último ataque é taxativo ao afirmar que todo e qualquer profissional têm posições ideológicas prévias, impossibilitando que se expresse uma simples notícia sem que haja certo grau de subjetivismo.

Este princípio conceitual não é novidade. O pesquisador Warren Breed já o havia mencionado em seu estudo (TRAQUINA, 2005, p.157)³⁶. Mas, como foi apresentado por Martin, a qualidade de verdadeiro e falso de uma sentença independe do posicionamento ideológico do emissor. Se um jornal de orientação direitista vai cobrir um evento de um partido esquerdista, por exemplo, e informa que “*na convenção do partido no dia 20 deste mês, as propostas do Presidente do Partido foram a favor dos sem-teto que causam distúrbios no centro da cidade*”, não estará anulando a objetividade da sentença. O importante é saber se o enunciado corresponde ao mundo, isto é, se é verdadeiro.

Impõem-se, portanto, as seguintes perguntas: (1) houve uma convenção do partido no dia vinte? Se a resposta for sim ou não o resultado é objetivo. (2) A proposta foi a favor dos sem-teto? Repetindo, se a resposta for sim ou não o resultado é objetivo. E por último, (3) os sem-tetos causam distúrbios no centro da cidade? Enfadonhamente repetindo, se a resposta for sim ou não, então o resultado é objetivo.

Mas se a continuação da matéria for “*o partido esquerdista promoveu uma libertinagem ao votar a favor destes criminosos que ferem a moral do bom cidadão*”, neste caso específico o problema se refere à aferição da objetividade. Martin e Gauthier dirão que os termos libertinagem, criminoso e a definição do “bom cidadão”, segundo sua

³⁶ Do livro *Social Control in the Newsroom: A Functional Analysis*, apresentado pela obra de Traquina (2005).

intencionalidade (apresentada no item 1.1.2.), dependerão, sempre, dos juízos de valor do sujeito. Sendo assim, a matéria jornalística não seria objetiva.

Martin e Gauthier alertam que, mesmo havendo um posicionamento parcial, existe a possibilidade de um argumento ser objetivo e verdadeiro. A questão de o relato conter elementos ideológicos não influencia, em última análise, na aferição de objetividade. O que não pode ocorrer é a expressão de juízos de valor nas sentenças – estas sim fariam o conceito de objetividade ser anulado (MARTIN, 2003; GAUTHIER, 2004).

4.3.2. Ataques de ordem Econômica

Neste contexto de críticas, os ataques de ordem econômica são muito parecidos com os ataques de ordem ideológica. Mas em vez da submissão ao subjetivismo ideológico, o que se coloca em pauta é a questão que diz respeito à submissão ao mercado. O mercado é visto como o mandatário do material jornalístico publicável.

Existem duas formas de pensar estas motivações: uma diz respeito à concorrência que homogeneiza as informações; a outra diz respeito à interferência publicitária nos meios de comunicação. Ambas as perspectivas têm como pressuposta a ideia de que o material jornalístico nunca é livre do mercado no qual se inserem os jornalistas.

Pode-se admitir que esta seja a realidade em várias empresas, visto que críticas já haviam sido feitas a estas condições mercadológicas (TRAQUINA, 2005; DEMENECK, 2009). Isto não impede, porém, que o material produzido venha a ser objetivo e verdadeiro.

Mais uma vez, o que se destaca neste tipo de crítica não é a falta de veracidade ou objetividade. O problema suscita uma falha, um erro ou uma *desconfiguração* do fato. Assim, valendo-me de Grenier, destaco o fato de esta teoria afirmar que a confiança midiática diminui conforme a inserção e interferências publicitárias (GRENIER *apud* MARTIN, 2004, p. 147). Mas isto pouco ou nada redefine os problemas epistemológicos envolvidos na questão.

Se um supermercado é o maior anunciante de um jornal, por exemplo, e o força a dar notícias que “vendam” mais, isto implica na condição de verdade da sentença se e somente se o que for enunciado for verdadeiro como correspondência ao fato verídico. Mas caso haja um fato que incrimina este mesmo anunciante na venda de produtos com validade fora de prazo e o jornal noticia o oposto, não estamos falando de uma notícia subjetiva, a rigor. O problema deste caso é

exclusivamente relacionado com a verdade, isso se o texto produzido pelo jornal não contiver juízos de valor, por suposto.

A crítica contra o conceito de objetividade geralmente se confunde com o conceito de verdade. Isso porque os conceitos estão diluídos numa perspectiva errônea sobre a produção de conhecimento, sobre as definições conceituais e sobre o aprofundamento teórico do realismo filosófico no jornalismo.

4.3.3. Ataques de ordem técnica

Estes ataques não contemplam todas as mídias utilizadas pelo jornalismo. Limita-se à cobertura televisiva e aos jornais impressos.

O argumento principal da crítica de ordem técnica da cobertura televisiva afirma que este meio transmite uma “*ilusão da realidade*” (MARTIN, 2003, p. 22). Os críticos afirmam que “*a utopia da transmissão direta, ou a ilusão naturalística da televisão não é apenas uma aberração – é um perigoso engano*” (MARTIN, 2004, p. 148)³⁷. Mais adiante, veremos que Martin apresentará um quadro esquemático acerca do grau de objetividade alcançado pelos distintos meios jornalísticos onde a mídia televisiva será deficitária em relação aos jornais impressos.

Um dos problemas destacados é que a emissão de informação muito se assemelha à emissão de ficção, e vice-versa (MARTIN, 2003, p. 24). Como já foi dito anteriormente por várias vezes, nem toda informação pode ser considerada conhecimento (3.) porque o próprio conhecimento possui uma relação estreita com a verdade.

Neste sentido, quando as críticas atacam o possível grau de ficcionalidade do material jornalístico, não estão se referindo a posições subjetivas ou objetivas. Quer dizer, não se está atacando a objetividade jornalística. O que se declara sobre o tema em questão diz respeito a um pensamento falso (ficcional), não correspondente à realidade. Uma ficção pode ter caráter verdadeiro se e somente se estiver entrelaçada ao conceito de verdade como coerência (ver 1.2.1.). Se definido desta forma, porém, não se está em busca do conhecimento do fato, mas em busca do conhecimento sobre a história do fato ficcional, ou seja, de algo vinculado à teoria da literatura e não à epistemologia.

Já as críticas de ordem técnica aos jornais impressos percorrem o “*layout*”, a seleção de ilustrações e a distribuição de editorias

³⁷ Tradução livre de: L’utopie de la transmission directe, ou l’illusion naturaliste à la télévision n’est pas seulement une aberration – c’est une dangereuse.

(MARTIN, 2004, p. 148). O limite de páginas e linhas é determinante para negar a objetividade de um fato, segundo a crítica contra a objetividade no meio impresso.

Um dos pontos mais destacados é “*especialmente em termos de espaço*” (MARTIN, 2003, p. 25). A crítica contra a objetividade nos jornais impressos surge na medida em que o limite de linhas e páginas é muito mais destacável que o limite de tempo da televisão e da radiodifusão. Ou seja, a limitação descritiva será proporcionalmente ligada ao número de páginas e linhas.

Como uma nota pode ser objetiva se ela é pequena e não explica tudo? Ora, esta não é a questão central da objetividade. Se a nota diz “*Neste domingo (20), o autor do livro Blecaute, Marcelo Rubens Paiva, esteve na livraria da rua XV discutindo as possibilidades reais de sua obra ser real*”, não significa que ela não seja objetiva, ou que lhe faltaram elementos imprescindíveis, ou que o repórter assinalou com subjetividade o evento por não gostar do autor.

Dizer que o relato não consegue reproduzir a totalidade dos fatos implica somente na não reprodução da totalidade dos fatos. Mas mesmo sendo repetitivo, digo mais uma vez: o discurso objetivo é caracterizado pela distinção entre o verdadeiro e o falso. A verdade se manifesta por meio da correspondência do relato com o mundo. Quando se critica a objetividade partindo do pressuposto técnico de limites de linhas, o conceito de objetividade permanece incólume, e, conseqüentemente, também o de verdade.

4.3.4. Ataques de ordem formal, profissional e organizacional

Estas três formas de ataque contra a objetividade foram alinhadas no mesmo tópico por serem muito semelhantes às apresentadas no item 4.3.1. As críticas à possibilidade de compreensão realista por parte do jornalismo sempre esbarram no subjetivismo inerente a todo e qualquer ser humano e suas inclinações (MARTIN, 2003).

A primeira forma de crítica [formal] diz que o foco jornalístico é deixado de lado, pois o entretenimento torna-se muito mais atrativo para o público do que a simples informação jornalística. A alegação é de que há um “show” no trabalho jornalístico (MARTIN, 2003; 2004). A idéia do sensacionalismo é a forma mais direta de compreensão deste ataque. Como vai assinalar Bourdieu, “*essa tendência da mídia por tentar descobrir o extraordinário e ultrapassar a concorrência leva a uma banalização da informação*” (BOURDIEU *apud* MARTIN, 2003,

p. 29)³⁸. Ele ainda acrescenta, que a busca pelo sensacional conduz o trabalho jornalístico a “*padronizar as informações, uma vez que os jornalistas procuram o mesmo fim*” (*Idem*)³⁹.

Ocorre que a banalização da informação não é capaz, por si só, de negar a objetividade e a verdade. O que pode acontecer é o “empobrecimento” do material jornalístico no que tange à informação sobre o fato. Usar ferramentas lingüísticas, ou mesmo ficção, não implica negar o ocorrido, se tiver havido correspondência e objetividade no confronto com o fato real. Esta crítica, portanto, também não tem fundamento epistemológico, segundo Martin (2003; 2004).

Os ataques de ordem formal, por sua vez, adentram a problemática da emoção. Muitas vezes, o sensacional chama a atenção e comove. Quer dizer, a crítica formal de cunho emocional afirma que “*os acontecimentos que alimentam os jornais diários são eminentemente subjetivos*” (MARTIN, 2003, p. 30)⁴⁰.

Como apresentado anteriormente (4.2.), é possível fazer um discurso objetivo sobre um fato (ou objeto) subjetivo – seja ontológica ou epistemologicamente. Ainda assim, não se perderia necessariamente o valor objetivo de um discurso jornalístico caso ele seja emotivo. A entonação afetiva não é o que vai caracterizar a objetividade do fato, e sim a relação entre o que foi afirmado pelo jornalista e o acontecimento por ele descrito.

A segunda crítica diz que todo profissional tem uma perspectiva do mundo que o cerca, que ele é, portanto, limitado, e até mesmo as fontes podem distorcer o resultado de seu trabalho – visto que algumas fontes podem se relacionar pessoalmente com os profissionais (MARTIN, 2004, p. 149).

Muito semelhantes à perspectiva ideológica e de limitações técnicas, os ataques profissionais contra a objetividade limitam-se às falhas previsíveis. Martin esclarece que todos são suscetíveis a cometer erros ou a acreditar no relato de outrem.

Se um repórter, por exemplo, procura uma fonte especializada sobre o conflito agrário no Centro-Oeste do país, e esta fonte pouco sabe dizer sobre o assunto, cometendo erros ao descrever alguns problemas deste conflito, e ainda assim o profissional repassa a informação, não se

³⁸ Tradução livre de: [...] cette tendance des médias à essayer de dénicher l'extraordinaire et à damer la pior à la concurrence aboutit paradoxalement à une banalisation de l'exceptionnel[...].

³⁹ Tradução livre de: [...] l'information puisque tous les journaliste se trouvent à être trouvent à être sur le même ligne de départ[...].

⁴⁰ Tradução livre de: “Selon elle, les événements qui nourrissent le quotidien des journaux sont éminemment subjectifs”.

trata, aqui, de um discurso subjetivo. Estamos falando de verdade – mais especificamente, verdade como correspondência. É possível concluir que o público não queira simplesmente uma notícia ficcional: ele quer informação correspondente à realidade. Então, o ataque não é contra a objetividade, mas sim contra a verdade [como correspondência, bem entendido].

A última crítica desta seção diz respeito às ideologias, às políticas e aos expedientes das empresas jornalísticas. A crítica sugere que estas empresas fazem com que o material jornalístico seja fracionado, às vezes distorcendo esses fatos para fazer com que seus ideais corporativos sejam seguidos. Ora, em momento algum um relato destorcido, falso, pode ser classificado como verdadeiro, mas ele pode, no entanto, ser dado como objetivo⁴¹.

4.3.5. Ataques de ordem individual

Semelhantes às críticas de ordem ideológica e profissional, estes ataques de ordem individual também dão ênfase aos estados subjetivos dos indivíduos e suas possíveis falhas decorrentes desses estados anímicos. Ou seja, esta crítica anuncia que “*as reportagens ou as notícias são produzidas por seres humanos com valores, tendências e preferências pessoais, e isto, inevitavelmente influencia na forma como o profissional vê as coisas e na escolha do que transmitir*” (MARTIN, 2004, p. 151)⁴².

Partindo do pressuposto de que todo profissional têm valores, tendências e preferências pessoais, esta negação da objetividade sugere que não há como falar acerca do mundo externo sem dar uma opinião ou emitir um ponto de vista. Assim sendo, a objetividade de um produto jornalístico estaria intrinsecamente ligada à sinceridade e honestidade deste profissional – assim como os pressupostos da verdade apresentados pela ética jornalística (CORNU, 1998, p.64), e como já foi

⁴¹ Repetidamente, deve-se lembrar que a objetividade é a característica de verdadeiro ou falso de uma sentença. Então, quando este tipo de crítica entra no campo teórico, ela está cometendo um erro terminológico, confundindo verdade e objetividade. Quer dizer, neste ponto, uma informação que é destorcida pode não ser verdadeira porque não corresponde ao mundo (voltando ao problema da verdade da Parte I deste trabalho). Enquanto que esta mesma informação destorcida pode ser considerada objetiva por não faltar com o principal critério para afirmar a objetividade: a qualidade de verdadeiro ou falso de uma sentença.

⁴² Tradução livre de: Lês reportages ou lês articles d’information sont produits par des êtres humains qui ont des valeurs, des tendances et des préférences personnelles et celles-ci influencent forcément leur façon de voir les choses d’abord, mais aussi leur façon de les interpréter et de les transmettre.

dito, estes conceitos refletem o primado do subjetivismo. Por falta de quantificação da sinceridade, a objetividade e a verdade nunca seriam alcançadas: nunca se poderá saber se o relato foi feito com honestidade pelo profissional.

Esta crítica diz que “*a responsabilidade do jornalista tem sua origem no ‘ato de significar’ que realiza o ‘modo de visão’ da situação que ele escolhe ou que ele impõe*” (MARTIN, 2004, p. 151). Desta forma, todo e qualquer trabalho jornalístico dependerá sempre desta relação subjetiva com o mundo e que seria manifesta pelo profissional.

Ora, se não pode ser sustentado numa estrutura de conhecimento, o trabalho jornalístico não é capaz de produzir nem sequer informação útil. Ou seja, como tudo depende dos indivíduos, até o público pode entender o que quiser sobre o relato do fato, o que seria a total descaracterização da atividade jornalística.

A crítica de ordem individual também acrescenta que verdade e objetividade só podem ser atingidas de acordo com o método profissional. Isto é, já que é impossível retirar a “palavra” do sujeito acerca do fato, ao menos o jornalismo consegue criar ferramentas éticas para que os profissionais não corram o risco de expor demasiadamente os seus pontos de vista. Mais uma vez, reduz-se um problema epistemológico à um problema ético.

4.3.6. Ataques antirrealistas

Tratado exaustivamente neste estudo, este tipo de questionamento da objetividade vai contra toda a base filosófica de Gauthier, Martin e Searle [consequentemente, da realidade e da verdade – os principais temas discutidos]. Martin, entretanto, procura especificar como são feitos estes ataques contra a realidade pelas escolas do jornalismo, assinalando três principais formas de antirrealismo.

A primeira crítica ao realismo diz que “*não há fatos lá fora além da observação humana*” (MARTIN, 2004, p. 152)⁴³. Ora, este estudo já explicou exaustivamente que há uma realidade concreta, efetiva, para além da percepção humana. A solução para este problema já está exposta em toda Parte I. Em outras palavras, o realismo filosófico (ver 1.1) afirmar que existem fatos além da observação humana, contrariando esta primeira crítica.

A segunda forma de negação da realidade se esteia em um posicionamento “cético”, já que “a realidade pode existir, mas o

⁴³ Tradução livre de: There are non facts ‘out there’ apart from human observers.

jornalista não teria capacidade de relatá-la com autenticidade” (MARTIN, 2004, p. 152)⁴⁴. Este tipo de ataque antirrealista assume a mesma dinâmica daquele apresentado nos de ordem técnica e individual. Mas foi visto que esta posição não se sustenta se a procura é por um conhecimento sobre a realidade, que sempre será fragmentado.

Esta segunda forma defende ainda a posição negada por Searle no início deste trabalho, afirmando que os jornalistas estão sempre lidando com uma *construção social da realidade*, e não com a realidade propriamente dita. Relembrando, Searle admite a existência de uma *construção da realidade social*, que implica na identificação dos fatos sociais, tal como os Estados, o dinheiro, a linguagem, etc (SEARLE, 1995). Mas ao dizer que há uma *construção social da realidade* se está invertendo esta descrição. Ou seja, o que se faz é uma redefinição do mundo por parte dos sujeitos. Searle questiona este posicionamento construtivista, dizendo que esta base teórica, caso fosse aceita, criaria significados sem os conceitos de real e de intencionalidade (visto nos itens 1.1. e 1.1.2.). Se assim fosse, o mundo externo não seria independente – posição negada pelos princípios epistemológicos das ciências, da filosofia e do jornalismo.

O terceiro e último ataque anti-realista sustenta a tese de que “*o fato bruto não é a origem do trabalho jornalístico, é o resultado que aparece [...], os resultados em conjunto das construções*” (MARTIN, 2004, p. 153)⁴⁵. Assim, o fato é descaracterizado por esta submissão total à interpretação subjetiva dos profissionais. Quer dizer, não existe fato único sem interpretação.

4.3.7. Negação dos ataques contra o realismo

Os três autores analisados nesta dissertação⁴⁶ mostram que é insustentável uma posição que exclua o mundo externo como independente de interpretações e gostos humanos. É claro que os seres humanos possuem a subjetividade inerente à atividade do pensamento, mas, em momento algum este subjetivismo seria definitivo para negar o acesso aos fatos e objetos do mundo.

O que se deve destacar neste ponto, contra todas as críticas negadoras do realismo filosófico, é que elas se perdem ao negar a

⁴⁴ Tradução livre de: La réalité existe peut-être, mais que Le journaliste n’a pas La capacité d’en rendre compte puisqu’elle serait inabordable.

⁴⁵ Tradução livre de: Le fait brut n’est pas l’origine du travail journalistique, Il em este le résultat [...], resulte de toute une série de constructions”.

⁴⁶ John Searle, Gilles Gauthier e Stéphanie Martin.

objetividade, ou a verdade, porque o discurso sempre implicaria juízos de valor. Vimos que todo discurso é feito por alguém que vê um fato, sente, ouve e o interpreta – o jornalista, neste caso. Mas também se explicou que o perspectivismo não é determinante na negação de um valor de verdade que pode ser universal ou de objetividade, ligando este valor epistemológico a uma definição próxima ao de transparência ou imparcialidade (CORNU, 1998).

Como foi apresentado no exemplo do “*motociclista JR*” (2.1.)⁴⁷, mesmo que o jornalista tenha uma perspectiva sobre o assunto, é inegável que a sentença “*JR estava dirigindo sua motocicleta no município de Joinville dia 28*” pretende falar de uma realidade que independe do sujeito que a enuncia. Há um mundo ‘*lá fora*’ que a linguagem humana consegue acessar, embora o discurso humano não consiga captar toda a complexidade dos fatos.

Nesta ilustração, por exemplo, sabe-se que “JR” sofrera um acidente. Mas até então não havia informações sobre o local exato, ou mais detalhes sobre o fato. Mesmo que tenha sido uma visão parcial, não há como dizer que a sentença “*Acidente de moto deixa um homem ferido em Joinville*” é subjetiva ou que não há objetividade porque ela não foi descrita de acordo com todas as especificidades do fato.

A mesma situação de independência dos juízos de valor e perspectiva acontece em cada um dos exemplos de ataques contra a objetividade apresentados por Martin. Como exemplo, se a emissora de rádio que apóia a bancada política de esquerda vai *cobrir* um comício da bancada de direita, mesmo que o enfoque seja nos pontos negativos, há a possibilidade de haver verdade e objetividade sem que os juízos de valor impeçam o conhecimento dos fatos. Suponha-se que naquele comício o presidente do partido falou mal da classe operária do município de Rio do Sul. Ao noticiar o fato, a emissora de rádio da bancada da esquerda informa apenas que “*Oposição diz que trabalhadores são bem remunerados pelos serviços que prestam às empresas*”. O problema destacado é que o escopo do diálogo da bancada da oposição foi maior que este apresentado pela emissora de rádio. Quer dizer, por mais fracionado, direcionado e posicionado que seja o discurso jornalístico apresentado, a objetividade tornou-se

⁴⁷ Relembrando a história hipotética: “*no dia 28 de março de 2011, JR, um motociclista, causou um acidente na cidade de Joinville, Santa Catarina. Sua moto ficou completamente destruída. Os paramédicos chegaram ao local após 20 minutos do acidente e socorreram JR de prontidão. Não houve prejuízos materiais para o município ou a terceiros, somente ao motociclista. JR sofreu queimaduras de terceiro grau na perna devido a temperatura do escapamento de sua moto, que caiu por cima de seu corpo, mas não corria risco de morte*”.

inquestionável: uma *“afirmação é considerada objetiva se pode ser reconhecida como verdadeira ou falsa independentemente dos sentimentos, atitudes e preconceitos das pessoas* (SEARLE, 2000, p. 48).

4.4. POSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO NO JORNALISMO

Em linhas gerais, o trabalho de Gauthier mostrou como os ataques construcionistas na comunicação influenciaram na formulação de teorias *mirabolantes* sobre o mundo, mas que, no entanto, pouco conseguem responder aos problemas do próprio mundo. Martin, por sua vez, mostrou que algumas críticas contra a objetividade são vazias ou falaciosas, trocando, muitas vezes, o conceito de objetividade por verdade.

O primeiro problema surge, a partir de agora, com a relevância de ambos os conceitos. Fica claro que, para os autores, o foco do jornalismo são as sentenças verdadeiras. Afinal de contas, uma sentença pode ser objetiva e falsa ao mesmo tempo, como visto anteriormente (1.3.2.). Quer dizer, uma *“afirmação é considerada objetiva se pode ser reconhecida como verdadeira ou falsa independentemente dos sentimentos, atitudes e preconceitos das pessoas”* (SEARLE, 2000, p. 48). Se uma sentença é objetiva, o problema em relação a verdade não está garantido, pois há possibilidade de uma sentença jornalística ser objetiva e falsa ao mesmo tempo. Portanto, Cornu (1998, p. 64) está certo ao dizer que o principal foco jornalístico é a verdade dos fatos. Mas peca ao colocá-la, junto à Declaração de Munique, como o *“principal dever moral do jornalista”* (*Idem*), pois assim, mais uma vez, reduz a possibilidade de conhecimento no âmbito do jornalismo a um problema tão somente ético.

A verdade foi apresentada, exhaustivamente, como problema epistemológico, ligado ao conhecimento. Não se pode, portanto, colocá-la como valor ético antes de defini-la rigorosamente. Ou seja, dizer que o jornalista precisa contar a verdade sobre os fatos não parece algo que fuja da característica dos outros relatos humanos. Afinal de contas, ninguém espera que se diga uma mentira sobre o fato (SEARLE, 2000). O principal problema deveria ser, então, a precisão na definição deste conceito tão difundido e pouco discutido (GAUTHIER, 2003; MARTIN, 2004).

O papel fundamental do jornalista é transmitir conhecimento sobre a realidade (conforme descrito na Parte I). Isto exige uma reconfiguração dos conceitos inerentes ao realismo filosófico no

jornalismo (ver Parte II); para, enfim, testar sua aplicação prática, como veremos adiante (4.5.). O que se evidenciou foi uma falta de aprofundamento nos meandros conceituais filosóficos, quando assim exigidos, por parte de algumas teorias do jornalismo. O que se pode dizer, em última instância, é que “*conhecer não significa simplesmente vivenciar ou perceber algo sobre a realidade ou o mundo exterior, mas sim trabalhar o que foi vivenciado ou percebido*” (SPONHOLZ, 2009, p. 91):

Conhecimento resulta do processamento e estruturação dos conteúdos vivenciados e da posterior comparação daquilo que foi recebido e processado com os esquemas já gravados no cérebro. Ou seja, as informações ou estímulos recebidos do mundo exterior não são simplesmente transportados para o cérebro, mas sim transformados (*Idem*).

Em outras palavras, todas as ferramentas necessárias para o conhecimento dos fatos *informativos*, ao qual o jornalismo está ligado (2.), são apresentadas através do realismo filosófico. Esta forma de pensar sobre o mundo oferece os fundamentos necessários para afirmar que o jornalismo produz conhecimento se e somente se seu conteúdo for objetivo e verdadeiro. O que merece ser destacado aqui é que, embora a objetividade seja alcançada, isto não garante que um relato seja verdadeiro – porque o que se busca é a verdade. A verdade é, portanto, o fundamento principal para obtenção de conhecimento.

Todas estas afirmações podem ser evidenciadas no estudo de caso feitos por Martin, que procura mensurar a objetividade dos textos jornalísticos, a fim de determinar qual parte é objetiva e qual é subjetiva. Para isso, ela compara notícias da imprensa escrita e reportagens televisivas, com o intuito de saber qual é mais objetiva (MARTIN, 2003, p. 91).

O que se pode dizer acerca do estudo de Martin é que ela procura apenas identificar quando uma notícia pode ou não ser objetiva. O que foi dito aqui a respeito da análise de Martin não pretende mostrar o quão fidedigno à realidade é um enunciado jornalístico. Martin, de fato, apenas aponta a possibilidade de se chegar à objetividade jornalística, contrariando todas as críticas centradas na impossibilidade radical de acesso ao princípio da objetividade.

4.5. APLICAÇÃO PRÁTICA DOS CONCEITOS

Martin, então, mostra que meios diferentes produzem enunciados diferenciados e, por conseguinte, mais ou menos objetividade. Ela também mostra que “*os resultados são significativos, porque, em média, artigos e notícias são 96,5% objetivos. Isto significa que as notícias e artigos possuem apenas três afirmações subjetivas*” (MARTIN, 2003, p. 92)⁴⁸. Isto é, ao se falar dos enunciados do jornal canadense *Le Soleil*, comparando com o canal de televisão TVA, o grau de objetividade cai para até 85,7% (*Idem*).

Mas isto não significa que o jornal impresso produz mais verdades que o canal de televisão, assim como não significa que os relatos sejam mais realísticos em um meio midiático do que em outro. Na análise feita até agora, a única inferência que pode ser feita é para com a possibilidade de verdadeiro e falso das sentenças de ambos os casos estudados. Quer dizer, há mais característica de verdadeiro ou falso no jornal impresso que no canal de televisão.

Embora a pesquisadora tenha definido com rigor filosófico a distinção entre verdade e objetividade jornalística, Martin não se propôs, neste estudo, a mostrar se 96,5% ou 85,7% de enunciados objetivos são realmente verdadeiros. O que ela fez foi mostrar a existência da objetividade (*L’Objectivité Journalistique Existe!*). Assim, a novidade teórica desta dissertação é, contra parte da bibliografia deste estudo, apresentar a objetividade como conceito distinto da verdade. Acrescentando ainda os trabalhos de Ward (2004), Sponholz (2009) e Guerra (2008), este estudo mostrou que a objetividade é um termo polissêmico e é sempre preciso explicitar a qual conceito de objetividade estamos nos referindo.

O que se pode discutir, portanto, é se esta conclusão da pesquisadora canadense é de fato o foco da prática e da crítica teórica jornalística. Quer dizer, a pergunta seria: a objetividade é o foco das críticas contra os meios de comunicação e suas possíveis falhas (KOVACH & ROSENSTIEL, 2004)? Aparentemente, a objetividade apenas diz quando uma afirmação pode ser verdadeira. Isto, intuitivamente, não parece ser o movente da área. Os teóricos procuram saber distinguir as atitudes profissionais remetendo a uma prática

⁴⁸ Tradução livre de: Les résultats sont probant parce qu’em moynne, lês articles et reportages sont objectifs à 95, 5%. Cela signifie que dans la plupart dès textes et reportages, il y a moins de trois énoncés subjectifs.

verdadeira, honesta, imparcial e verossímil (CORNU, 1994; BOVÉE, 1999).

4.5.1. A pesquisa de Martin

Os objetos conceituais de Martin foram os mesmos deste estudo. O diferencial daquela pesquisa é que se calculou a porcentagem da objetividade nas notícias. Ou seja, fez-se uma aplicação prática dos conceitos teóricos da filosofia.

Para chegar às conclusões da pesquisadora canadense é preciso identificar dois principais conceitos: o de objetividade e o de sentença. O primeiro foi trabalhado neste estudo, enquanto que o segundo pode ter uma definição mais prática. Em relação ao segundo, devemos entender que sentença é todo e qualquer enunciado dito, escrito ou sinalizado por um sujeito. Não se está propondo analisar possíveis ironias, imagens que não correspondam à fala dos *âncoras*, ruídos “suspeitos” ou músicas climáticas – o foco é apenas sobre palavras utilizadas nos meios de comunicação.

Martin analisou os enunciados, ou seja, a objetividade que Martin propõe é epistemológica, por se tratar de um conceito de objetividade ligado aos enunciados (ver Parte II). Assim, ela analisou as sentenças do jornal *Le Soleil* e da emissora de televisão TVA.

Em quinze dias consecutivos, foram analisados 1132 enunciados, dos quais 580 são da emissora de televisão TVA e 552 do jornal impresso *Le Soleil* (ver Anexo I: Planilha de quantificação de objetividade jornalística de Stéphanie Martin). Martin mostra que o maior nível de subjetividade neste período foi da emissora TVA, com 14,3% nos dias 1 e 9. Em números precisos de enunciados, o maior número de sentenças no mesmo dia que não puderam ser consideradas objetivas foi de sete. Isto pode ser considerado um nível baixo, visto que o trabalho jornalístico é baseado na fala dos jornalistas – que, como vimos, pode muito bem usar, sem querer, juízos de valor ou inclinações pessoais.

Em outros dias, ambos os objetos de análise alcançaram 100% de objetividade. Destaco os dias 2 e 13 como “dias objetivos” – sem enunciados subjetivos – e os dias 4, 5, 7, 12, 14 e 15 por possuírem níveis de objetividade acima de 95%.

Numa análise minuciosa, que contava sentença a sentença, Martin mostrou que os enunciados produzidos naquela região do Quebec podem ser ditos objetivos. Em contrapartida, esta análise não consegue responder a questão crucial da verdade (KOVACH &

ROSENSTIEL, 2004): é possível saber se estes enunciados foram verdade? De fato, a análise poderia continuar e *checar* cada enunciado objetivo (pois os subjetivos não podem ser verificáveis, exceto quando buscamos o ponto de vista – subjetivo – do jornalista), e conduzir para a definição de verdadeiro, mas não podemos dizer que qualquer um daqueles “enunciados objetivos” sejam verdadeiros ou falsos.

Por fim, a pesquisa produzida no Canadá só consegue mostrar que a objetividade existe e pode ser mensurável; que da objetividade não podemos induzir verdade (embora a verdade possa valer-se da objetividade); e que ambos os conceitos se correlacionam, mas não são os mesmos.

A conclusão de Martin, portanto, é que o conceito de objetividade pode ser quantificado (MARTIN, 2003, p. 99 – 100). E ela provou sua afirmação por meio do quadro esquemático sobre a quantificação de objetividade (Anexo I) naqueles dois meios de comunicação citados acima (MARTIN, 2003, p. 93).

CONCLUSÕES

A dissertação abordou três conceitos fulcrais: realismo, objetividade e verdade. A diferença desta abordagem se dá na medida em que se define o realismo externo (teoria que afirma coisas e fatos além do ser humano) como foco metodológico para a resolução de problemas jornalísticos. Quer dizer, o método de partir da filosofia para chegar ao jornalismo com o mesmo discurso e mostrar que aquela teoria se adequa perfeitamente à área jornalística (analisando suas especificidades), além de ser um caminho intelectual seguro. Gauthier e Martin [um ao adequar o discurso jornalístico à teoria realística e a outra ao analisar empiricamente um conceito nascido no realismo filosófico], mostraram que a objetividade existe, contrariando as posições intelectuais *mirabolantes* sobre a realidade do mundo.

A Parte I mostrou que o realismo, a aceitação do mundo '*lá fora*', é anterior a qualquer teoria. Não cabe negação. Este é o pressuposto fundamental da vida e do conhecimento humano. A partir daí, o realismo externo, teoria filosófica que discute este problema, passa a ser a melhor explicação possível da relação *mundo-mente humana* (1).

Algumas exigências pressupostas devem ser cumpridas: o mundo é real, independente e externo à mente e percepção humana, diz Searle (2000). Mas ele pode ser apreendido por uma linguagem insuficiente e pontos de vistas fracionados (1978). Isto remonta a idéia de que a linguagem humana explica o mundo, mas ela não é o próprio mundo, nem mesmo uma construção do mundo – ou reconstrução, como afirmam algumas teorias construcionistas da comunicação.

Em outras palavras, a realidade é apreendida pela percepção humana através do conceito de ontologicamente objetivo ou subjetivo (aceitação irrefutável daquilo que está fora das vontades e desejos do indivíduo em particular), e é descrita por uma linguagem que pode ser epistemologicamente objetiva ou subjetiva. Também foi definido que os objetos e fatos produzem um efeito chamado *intencionalidade*. Este, por sua vez, dá conta de apresentar os motivos dos seres humanos entenderem quando uma coisa é ela mesma e não outra.

O conceito de intencionalidade também mostra que as entidades sociais são objetos tão reais quanto os naturais. Quer dizer, o estatuto ontológico de ambos é exatamente o mesmo para o ser humano em particular. Assim, uma montanha tem existência tão real quanto uma instituição social, tal como o dinheiro ou os Estados. Portanto, a máxima construcionista firmada na idéia de "*construção social da realidade*" é

equivocada, devendo ser compreendida como “*construção da realidade social*”. O estatuto ontológico de ambos é diferente e fundamenta posicionamentos teóricos distintos. No primeiro, a realidade é criada a partir da intervenção humana, enquanto que no segundo algumas construções humanas são dados de uma realidade independente. Por exemplo, o país Brasil é real, mesmo que qualquer sujeito o negue. Ele está ali, fixo como uma montanha, embora sua existência dependa de todos os seres humanos.

A objetividade é compreendida como o marco inicial para o conhecimento, e a verdade como ferramenta epistemológica de conhecer a relação do mundo apreendido pela linguagem com o próprio mundo – a verdade como correspondência. Assim é negada toda a tradição construcionista na filosofia e nas ciências. Faltava, porém, pensar estas questões filosóficas em relação ao jornalismo.

É neste ponto que Gilles Gauthier avança sua crítica contra o construcionismo na comunicação (em especial no jornalismo) na Parte II. Redefinindo os conceitos oriundos da filosofia e do realismo externo dentro do jornalismo, sua proposta foi encarar a filosofia pelo viés filosófico, recorrendo à historicidade dos conceitos empreendendo uma busca mais exata desta problemática numa definição filosófico-jornalística desta teoria. Quer dizer, o realismo filosófico, no âmbito da filosofia de Searle, apresentará a problemática do conhecimento científico e suas especificidades. Gauthier aplica a filosofia de Searle ao jornalismo. O que se demonstrou foi, não só a possibilidade de verdade destes conceitos como também sua efetivação na prática jornalística.

As teorias construcionistas, relativistas ou subjetivistas também foram negadas, não por completo, mas dentro do contexto do que o jornalismo se propõe a fornecer: informação verdadeira. A conclusão de Gauthier é que estas teorias se valem de argumentos retóricos sobre o jornalismo completamente desvinculados da realidade, e que ficam muito a dever em relação à complexidade da teoria filosófica de Searle.

Além do mais, não foi só com a teoria realística de Gauthier que se apresentou uma possível negação da realidade por parte de teóricos do jornalismo. Pensadores brasileiros também usaram desta mesma estrutura “engenhosa” ao falarem sobre o tema. Ainda que as críticas contra estes construcionistas no Brasil não tenham se fundamentado nos trabalhos de Searle, eles [os críticos do construcionismo no Brasil] apresentaram argumentos equivalentes aos de Gauthier. Assim, tanto na “Escola Canadense” quanto na “brasileira”, há um reconhecimento desta realidade e de que o jornalismo produz conhecimento.

O que há de se destacar é a forte crítica construcionista no jornalismo. Caso contrário, Sponholz (2009) e Guerra (2008) não teriam aberto esta discussão em seus trabalhos. Ambos os pesquisadores assumem a posição de mostrar que aquelas teorias são prejudiciais ao conhecimento produzido pela área. A fim de unificar prática e teoria, os dois pesquisadores mostram a submissão jornalística à realidade e definem que teorias subjetivistas de qualquer espécie atrapalha o entendimento teórico do jornalismo.

Tanto pesquisadores canadenses quanto brasileiros apresentam esta dificuldade no que diz respeito às teorias do jornalismo. Quer dizer, este argumento construcionista existe e é fato. A proposta deste estudo é limitar o acesso destas posições *mirabolantes* que acabam danificando o entendimento de alguns conceitos que são, a rigor, compreendidos pela filosofia analítica.

A inferência que se faz a estas teorias reflete o pouco aprofundamento teórico e metodológico acerca da realidade. Ou seja, para estes teóricos [construcionistas], ao se pesquisar assuntos tão longínquos e de carga histórica demasiada extensa, parece se mostrar mais adequado e prático usar a primeira definição que lhes apareça em mente. Assim como muitos estudiosos do tema fizeram com o conceito de verdade e objetividade desenvolvidos pelo estudo de Lippmann (2008), como foi o caso de Schudson (1979), Iggers (1999) e Sousa (2008). Até mesmo Ward (2006), que definiu a objetividade como um problema inalcançável – se igualando aquilo que já havia sido feito na área, mas com outra definição –, [o filósofo] buscou o recurso à história deste conceito. Remontou a partir das primeiras discussões filosóficas ainda na Grécia Clássica de Aristóteles e Platão. Embora ele não tenha definido da mesma forma que Martin e Gauthier o problema da objetividade no jornalismo, seu trabalho merece reconhecimento.

Ward (2006), porém, acaba definindo o problema da objetividade a partir da ética. Seu estudo se esquece dos pormenores epistemológicos e bem definidos pela filosofia. Elevar conceitos ligados ao conhecimento para o campo da ética, seria o primeiro erro. Por isto a exigência de Gauthier e Martin na redefinição destes problemas.

Sendo assim, a verdade é o valor central do jornalismo, não a objetividade. O que se conclui é que os profissionais não estão se importando com sentenças que podem ou não ser verdadeiras; eles querem saber se as notícias são verdadeiras – assim como o público. A objetividade é um procedimento epistemológico para alcançar a verdade.

Portanto, ao aceitar que “*o fator verdade é decisivo*” (CORNU, 1998, p. 64), o conceito de objetividade não seria mais tão importante para o jornalismo. O que se pode concluir é que, ainda assim, estes conceitos podem fazer parte dos imperativos éticos da profissão. Mas, não podem ser fundamentados a partir da ética. Suas definições são rigorosas e partem da epistemologia. Usar da confusão ou do pouco aprofundamento teórico no campo do conhecimento se mostrou um equívoco por parte dos construcionistas e até mesmo dos pragmatistas do conceito objetividade.

Sendo assim, o valor de verdadeiro e falso de uma sentença não deve ser o principal fundamento, assim como não deve ser encarado como pertencente à mitologia: ele existe. E o *a priori informacional* é a disseminação de informações verdadeiras. Ou seja, o problema da verdade é fulcral para o jornalismo, assim como a emissão de informações sobre os fatos do mundo.

REFERÊNCIAS

- ABAGNANO, Nicolas. **Dicionário de Filosofia**. Martins Fontes. São Paulo. 2003.
- AUSTIN, John Langshaw. **Outras Mentes**. Coleção Os Pensadores. Editora Abril Cultural. São Paulo. 1980.
- BERGER, Peter. & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Editora Vozes. Petrópolis. 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **Outline of a Theory of Practice**. Cambridge University Press. New York. 2003.
- COSTA, Claudio. **Filosofia da Linguagem**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 2002.
- CORNU, Daniel. **Jornalismo e Verdade: Para Uma Ética da Informação**. Labor et Fides. Lisboa. 1994.
- _____. **Ética da Informação**. EDUSC. Bauru. 1998.
- DEMENECK, Ben-Hur. **Objetividade jornalística: o debate contemporâneo do conceito**. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2009.
- DURANT, Will. **A História da Filosofia**. Coleção Os Pensadores. Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo. 2000.
- DUTRA, Luiz Henrique. **Introdução à teoria da ciência**. Editora UFSC. Florianópolis. 2003.
- _____. **Oposições Filosóficas: A Epistemologia e suas Polêmicas**. Editora UFSC. Florianópolis. 2005.
- FAY, Brian. **Contemporary philosophy of social science: a multicultural approach**. Blackwell Publishers Ltda. Oxford. 2002.
- FONTCUBERTA, Mar de. **La Noticia: pistas para perceber el mundo**. Editorial Paidós Ibérica. Barcelona. 1998.
- GAUTHIER, Gilles. **Critique du constructivisme en communication**. Revista: Questions de communication N° 3. 2003. Versão Digital.
- _____. **L'expression des jugements de valeur em journalisme**. Revista: Les Cahiers du Journalism N° 13. Printemps. 2003/A. Versão Digital.

_____. **La Vérité: visée oblogée du journalisme.** Revista: Les Cahiers du Journalism N° 13. Printemps. 2004. Versão Digital

GUERRA, Josenildo Luiz. **O Percorso Interpretativo na Produção da Notícia.** Editora UFS. Aracaju. 2008.

HAACK, Susan. **Filosofia das Lógicas.** Fundação Editora da UNESP. São Paulo. 2002.

IGGERS, Jeremy. **Good News, Bad News: Journalism Ethics and Public Interest.** Westview Press. Colorado. 1999.

KIRKHAM, Richard. **Teorias da Verdade: uma introdução crítica.** Editora UNISINOS. São Leopoldo. 2003.

KOVACH, Bill & ROSENSTIEL, TOM. **Os Elementos do Jornalismo: o que os jornais devem saber e o público exigir.** Geração Editorial. São Paulo. 2004.

LAGE, Nilson. **Teorias e Técnicas do Texto Jornalístico.** Elsevier Editora. Rio de Janeiro. 2005.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública.** Editora Vozes. Rio de Janeiro. 2008.

MARTIN, Stephaniè. **L'Objectivité Existe!.** Tese de doutoramento da Universidade de Laval, Canadá. 2003

_____. **Vérité et objectivité journalistique: memê contestation.** Revista: Les Cahiers du Journalism N° 13. Printemps. 2004. Versão Digital.

MEYER, Philip. **Os Jornais podem desaparecer?: como salvar o jornalismo na era da informação.** Editora Contexto. São Paulo. 2007.

MORTARI, Cezar Augusto. DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. **A concepção semântica de verdade: textos clássicos de Tarski.** Editora UNESP. São Paulo. 2004.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias: linhas de análise do discurso jornalístico.** Insular. Florianópolis. 2005.

QUINE, Willard. **Relatividade Ontológica e outros ensaios.** Coleção Os Pensadores. Editora Abril Cultural. São Paulo. 1980.

RAMONET, Ignacio. CLAUWEART, Jules. BERNARD, Jean-Laurent. **Presse et Pouvoirs.** Revista: Les Cahiers du Journalism N° 4. Printemps. 1998. Versão Digital

- RORTY, Richardy. **Objectivity, Relativism and Truth**. Cambridge University Press. New York. 1994.
- RUSSEL, Bertrand. **Lógica e Conhecimento**. Coleção Os Pensadores. Editora Abril Cultural. São Paulo. 1978.
- SCHUDSON, Michael. **Discovering the News: A Social history of American newspapers**. Basic Books Inc. USA. 1978.
- _____. **The Power of News**. The President and Fellows of Harvard College. USA. 1999.
- SEARLE, John. **Speech Acts: an essay in philosophy if language**. Cambridge University Press. Nova Iorque. 1978
- _____. **Intentionality: na essay in the philosophy of mind**. Cambridge University Press. Nova Iorqur. 1991.
- _____. **Rationality and Realism: What is at Stake?** *Tradução de Desidério Murcho*. Reprinted by permission of Dædalus, Journal of the American Academy of Arts and Sciences, from the issue entitled “The American Research University”. Vol. 122 N°4. Fall. 1993.
- _____. **The Construction of social reality**. The Free Press. New York. 1995.
- _____. **Conversations Witth History Series**. No sítio da internet: <http://globetrotter.berkeley.edu/people/Searle/searle-con0.html>. Universidade da Colifórnia/Berkley. 1999.
- _____. **Mente Linguagem e Sociedade**. Editora Rocco. Rio de Janeiro. 2000.
- SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da Notícia e do Jornalismo**. Argos/Letras Contemporâneas. Chapecó/Florianópolis. 2002.
- _____. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. Edições Universidade Fernando Pessoa. Porto. 2003.
- _____. **Jornalismo, História, Teoria e Metodologia: perspectivas luso-brasileiras**. Universidade Fernando Pessoa. O Porto. 2008.
- SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, Conhecimento e Objetividade: Além do espelho e das construções**. Editora Insular. Florianópolis. 2009
- TAMBOSI, Orlando. **Informação e Conhecimento no jornalismo**. Revista Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol. II N°2, 2º Semestre.

PosJor. Florianópolis. 2005.

_____. **Jornalismo e Teorias da Verdade**. INTERCOM – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v30, n.1, janeiro/junho. 2007.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. Volume I. Insular. Florianópolis. 2005.

_____. **Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Volume II. Insular. Florianópolis. 2005/A.

WARD, Stephen. **The invention of journalism ethics: the path of objectivity and beyond**. McGill-Queen's University. Barkerville. 2006.

Outras referências

ABAGNANO, Nicolas. **Dicionário de Filosofia**. Martins Fontes. São Paulo. 2003.

AUSTIN, John Langshaw. **Outras Mentes**. Coleção Os Pensadores. Editora Abril Cultural. São Paulo. 1980.

BARREIROS, Tomás Eon. **Jornalismo e Construção da Realidade: análise do O Mez da gripe como paródia crítica do jornalismo**. Pós-Escrito. Curitiba. 2003.

BERGER, Peter. & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Editora Vozes. Petrópolis. 2009.

BERNIER, Marc-François. **Une vision systémique de la vérité em journalisme**. Revista: Les Cahiers du Journalism N° 13. Printemps. 2004 A. Versão Digital

_____. **Éthique et Deontologie du Journalism**. L'Press de l'Université Laval. Laval. 2004 B. Revista: Les Cahiers du Journalism N° 1. Printemps. 1996. Versão Digital.

BOURDIEU, Pierre. **Outline of a Theory of Practice**. Cambridge University Press. New York. 2003.

_____. **Journalisme et éthique**.

BOVÉE, Warren G. **Discovering Journalism**. Greenwood Press.

Connecticut. 1999.

CARNAP, Rudolf. **Pseudo Problemas na filosofia**. Coleção os Pensadores. Editora Abril. São Paulo. 1980

CORNU, Daniel. **Jornalismo e Verdade: Para Uma Ética da Informação**. Labor et Fides. Lisboa. 1994.

_____. **Ética da Informação**. EDUSC. Bauru. 1998.

COSTA, Claudio. **Filosofia da Linguagem**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 2002.

DEMENECK, Ben-Hur. **Objetividade jornalística: o debate contemporâneo do conceito**. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2009.

DE OLIVEIRA, Ivan Carlo Andrade. Teoria do Jornalismo: Critério de escolha de notícias nos jornais amapaenses. Virtual Books⁴⁹. 2010.

DURANT, Will. **A História da Filosofia**. Coleção Os Pensadores. Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo. 2000.

DUTRA, Luiz Henrique. **Oposições Filosóficas: A Epistemologia e suas Polêmicas**. Editora UFSC. Florianópolis. 2005.

FADUL, Anamaria. GOBBI, Maria Cristina. **Mídia e Região na Era Digital: diversidade cultural, divergência midiática**. Arte e Ciência. São Paulo. 2006.

FAY, Brian. **Contemporary philosophy of social science: a multicultural approach**. Blackwell Publishers Ltda. Oxford. 2002.

FONTCUBERTA, Mar de. **La Noticia: pistas para perceber el mundo**. Editorial Paidós Ibérica. Barcelona. 1998.

GAUTHIER, Gilles. **Critique du constructivisme en communication**. Revista: Questions de communication N° 3. 2003. Versão Digital.

_____. **L'expression des jugements de valeur em journalisme**. Revista: Les Cahiers du Journalism N° 13. Printemps. 2003/A. Versão Digital.

_____. **La Vérité: visée oblogée du journalisme**. Revista: Les

⁴⁹ Livro disponível virtualmente. Acessado dia 01 de Agosto de 2010 pelo link: <http://books.google.com/books?id=3oKIVof161UC&lpq=PA7&dq=gatekeeper%20jornalismo&hl=pt-BR&pg=PA1#v=onepage&q&f=false>

Cahiers du Journalism N° 13. Printemps. 2004. Versão Digital

GUERRA, Josenildo Luiz. **O Percurso Interpretativo na Produção da Notícia**. Editora UFS. Aracaju. 2008.

HAACK, Susan. **Filosofia das Lógicas**. Fundação Editora da UNESP. São Paulo. 2002.

IGGERS, Jeremy. **Good News, Bad News: Journalism Ethics and Public Interest**. Westview Press. Colorado. 1999.

KIRKHAM, Richard. **Teorias da Verdade: uma introdução crítica**. Editora UNISINOS. São Leopoldo. 2003.

KOVACH, Bill & ROSENSTIEL, TOM. **Os Elementos do Jornalismo: o que os jornais devem saber e o público exigir**. Geração Editorial. São Paulo. 2004.

LAGE, Nilson. **Teorias e Técnicas do Texto Jornalístico**. Elsevier Editora. Rio de Janeiro. 2005.

LINS, Sérgio. **Transferindo conhecimento tácito: uma abordagem construtivista**. E-Papers Serviços Editoriais. Rio de Janeiro. 2003.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Editora Vozes. Rio de Janeiro. 2008.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da Filosofia**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 2000.

MARTIN, Stephaniè. **L'Objectivité Existe!**. Tese de doutoramento da Universidade de Laval, Canadá. 2003

_____. **Vérité et objectivité journalistique: memê contestation**. Revista: Les Cahiers du Journalism N° 13. Printemps. 2004. Versão Digital.

MEYER, Philip. **Os Jornais podem desaparecer?: como salvar o jornalismo na era da informação**. Editora Contexto. São Paulo. 2007.

MORTARI, Cezar Augusto. DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. **A concepção semântica de verdade: textos clássicos de Tarski**. Editora UNESP. São Paulo. 2004.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. Contexto. São Paulo. 2005.

PÉRIAS, Osmar Rentz. **Crimes de Imprensa e Reparação de Dano Moral**. Vale do Mogi Editora. São Paulo. 2002.

- PLATÃO. **A República**. Editora Martin Claret. São Paulo. 2003.
- PONTE, Cristina. **Para entender as notícias: linhas de análise do discurso jornalístico**. Insular. Florianópolis. 2005.
- QUINE, Willard. **Relatividade Ontológica e outros ensaios**. Coleção Os Pensadores. Editora Abril Cultural. São Paulo. 1980.
- RAMONET, Ignacio. CLAUWEART, Jules. BERNARD, Jean-Laurent. **Presse et Pouvoirs**. Revista: Les Cahiers du Journalism N° 4. Printemps. 1998. Versão Digital
- RORTY, Richardy. **Objectivity, Relativism and Truth**. Cambridge University Press. New York. 1994.
- RUSSEL, Bertrand. **Introdução à Filosofia Matemática**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 2007.
- SCHOPENHAUER, Arthur. **O Mundo Como Vontade e Como Representação**. UNESP. São Paulo. 2005.
- SCHUDSON, Michael. **Discovering the News: A Social history of American newspapers**. Basic Books Inc. USA. 1978.
- _____. **The Power of News**. The President and Fellows of Harvard College. USA. 1999.
- SEARLE, John. **Speech Acts: an essay in philosophy if language**. Cambridge University Press. Nova Iorque. 1978
- _____. **Intentionality: na essay in the philosophy of mind**. Cambridge University Press. Nova Iorqur. 1991.
- _____. **Mente Linguagem e Sociedade**. Editora Rocco. Rio de Janeiro. 2000.
- SILVA, Marconi Oliveira da Silva. **O mundo dos fatos e a estrutura da linguagem: A notícia jornalística na perspectiva de Wittgenstein**. EDIPUCRS. Porto Alegre. 1998.
- SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da Notícia e do Jornalismo**. Argos/Letras Contemporâneas. Chapecó/Florianópolis. 2002.
- _____. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. Edições Universidade Fernando Pessoa. Porto. 2003.
- _____. **Jornalismo, História, Teoria e Metodologia: perspectivas**

luso-brasileiras. Universidade Fernando Pessoa. O Porto. 2008.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, Conhecimento e Objetividade: Além do espelho e das construções.** Editora Insular. Florianópolis. 2009

TAMBOSI, Orlando. **Informação e Conhecimento no jornalismo.** Revista Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol. II N°2, 2º Semestre. PosJor. Florianópolis. 2005.

_____. **Jornalismo e Teorias da Verdade.** INTERCOM – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v30, n.1, janeiro/junho. 2007.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. **Reflexões sobre a tipologia do material jornalístico: o jornalismo e as notícias.** . INTERCOM – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v30, n.1, janeiro/junho. 2007.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são.** Volume I. Insular. Florianópolis. 2005.

_____. **Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional.** Volume II. Insular. Florianópolis. 2005/A.

WARD, Stephen. **The invention of journalism ethics: the path of objectivity and beyond.** McGill-Queen's University. Barkerville. 2006.

ANEXOS

Anexo I: Planilha de quantificação de objetividade jornalística de Stéphanie Martin:

<i>Médias</i>	Jour	Nbre d'énoncés	Objectifs	%	Subjectifs	%
<i>TVA</i>	1	28	24	85,7	4	14,3
<i>Le Soleil</i>		28	27	96,4	1	3,6
<i>TVA</i>	2	44	44	100	0	0
<i>Le Soleil</i>		20	20	100	0	0
<i>TVA</i>	3	39	37	94,9	2	5,1
<i>Le Soleil</i>		46	44	95,7	2	4,3
<i>TVA</i>	4	53	52	98,1	1	1,9
<i>Le Soleil</i>		58	57	98,3	1	1,7
<i>TVA</i>	5	24	23	95,8	1	4,2
<i>Le Soleil</i>		18	18	100	0	0
<i>TVA</i>	6	46	41	89,1	5	10,9
<i>Le Soleil</i>		34	34	100	0	0
<i>TVA</i>	7	37	36	97,3	1	2,7
<i>Le Soleil</i>		52	52	100	0	0
<i>TVA</i>	8	40	36	90	4	10
<i>Le Soleil</i>		51	49	96,1	2	3,9
<i>TVA</i>	9	49	42	85,7	7	14,3
<i>Le Soleil</i>		48	48	100	0	0
<i>TVA</i>	10	39	36	92,3	3	7,7
<i>Le Soleil</i>		35	35	100	0	0
<i>TVA</i>	11	35	32	91,4	3	8,6
<i>Le Soleil</i>		42	41	97,6	1	2,4
<i>TVA</i>	12	34	33	97,1	1	2,9
<i>Le Soleil</i>		32	32	100	0	0
<i>TVA</i>	13	29	29	100	0	0
<i>Le Soleil</i>		18	18	100	0	0
<i>TVA</i>	14	44	43	97,7	1	2,3
<i>Le Soleil</i>		41	41	100	0	0
<i>TVA</i>	15	39	38	97,4	1	2,6
<i>Le Soleil</i>		29	29	100	0	0